ACOMPANHAMENTO DA SAFRA DE CANA-DE-AÇÚCAR

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

VOLUME 9 N.º 5 MAIO DE 1985

PERIÓDICOS

BIBLIOTECA KARL A. BOLDEGE
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

IMPRESSO

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz e feijão), Francisco Antonio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Iracema Bouzas Pessôa (algodão, laranja e olericultura), Irene Raguenet Troccoli (milho, avicultura e suinocultura), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (política agrícola e cacau) e Regis Norberto da Cunha Alimandro (café).

Estatística: Lúcio Junqueira Campos, Mário Sachs Rabello e Oraide Terezinha Novaes (preços no nível do produtor).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Composição: Neli Martins Mascarenhas

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda (Tels. PABX 224-7732 – 231-3213)

É permitida a reprodução total ou parcial do Agroanalysis, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone : 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicitamos aos leitores que, na comunicação da mudança de endereço, remetam a etiqueta do último Agroanalysis recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOECKE
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

Cumprindo ciclo multissecular, as chuvas retornaram de forma intensa ao Nordeste, após anos de seca. Recentes descobertas arqueológicas revelaram ser este processo bem mais antigo do que se supunha, tendo provocado migrações dos primeiros ocupantes da região, há milênios.

A cada volta do relógio, as conseqüências das adversidades climáticas tornam-se mais sérias. A desordenada e predatória ocupação humana ampliou-se e suas seqüelas geram mais fome e morte. Há séculos sob condições precárias, o homem nordestino tem contribuído fortemente para fazer o seu meio pior a cada dia. Na verdade, tornou-se um fiel aliado de sua própria desventura, ao invés de lhe dar o bom combate, extraindo-lhe as forças, que não tem, para modificar seu caminho e encontrar seu apogeu, adaptando-se e superando a natureza adversa e molesta.

O atual **espírito renovador** *de que o país está imbuído tem levado à adoção de posturas mais firmes em diversas áreas. Tendo o governo federal elegido o Nordeste região prioritária, através de um Projeto específico, espera sanar muitos dos problemas regionais, com a unificação dos antigos programas de desenvolvimento* (**Polonordeste, Projeto Sertanejo, Programa de Recursos Hídricos** *e* **Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras**) *substituídos por uma* **Estratégia de Desenvolvimento Rural para Pequenos Produtores.**

*Os programas agora traçados (***de Apoio ao Pequeno Produtor Agrícola, de Irrigação Pública, de Desenvolvimento de Pequenos Negócios não Agrícolas, de Educação, de Ações Básicas de Saúde** *e* **de Saneamento Básico no Meio Rural***), pretendem incorporar, de fato, aos tempos modernos e à economia do país, cerca de 2,8 milhões de famílias de baixa renda. Um grande esforço terá de ser envidado para o êxito do que é, hoje, apenas uma declaração de intenções. Somente o* **Programa de Apoio ao Pequeno Produtor** *demandará, segundo cálculos preliminares, US$ 12 bilhões (US$ 6 mil para cada uma das 2 milhões de famílias envolvidas) a serem aplicados até o ano 2000.*

Infelizmente, a atual situação da economia está a exigir um esforço hercúleo de todos os segmentos da sociedade e, embora a dívida a resgatar com as populações nordestinas não possa ser contestada, o **Projeto Nordeste** *apresenta a mesma vulnerabilidade de todo o* **Programa de Prioridades Sociais:** *como assegurar os recursos necessários?*

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA DE CANA-DE-AÇÚCAR 2

PRODUTOS VEGETAIS

- Algodão 6
- Arroz 10
- Milho 15
- Soja 17

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 19

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

- Arroz no Nordeste 22

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 24

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

CANA-DE-AÇÚCAR

As autoridades governamentais desejaram reduzir a quantidade a ser produzida de cana-de-açúcar e álcool, mas a meta fixada foi rompida, principalmente devido ao bom desempenho da agroindústria paulista. No Nordeste, a produção também ultrapassou as quotas, mas ainda assim foi considerada fraca porque foram pequenos os rendimentos agrícola e industrial.

AVALIAÇÃO DA SAFRA 1984/85 DE CANA-DE-AÇÚCAR E DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

A produção de açúcar da safra 1984/85 foi completada no mês de janeiro na região Centro-Sul, enquanto na região Norte-Nordeste, a moagem estendeu-se até a primeira quinzena de abril.

Os Quadros 01 e 02 confrontam os resultados alcançados na presente safra, com aqueles obtidos na safra anterior e comparam a produção efetivamente realizada e aquela fixada pelo **Instituto do Açúcar e do Álcool** em seu **Plano de Safra.**

No que diz respeito ao açúcar, observou-se a disposição das autoridades governamentais em reduzir a quantidade produzida, mediante a fixação de uma meta de produção de 8,5 milhões de t, ou seja, uma produção 5% inferior àquela realizada na safra 1983/84. Entretanto, esta meta foi superada, mesmo antes do término da safra nordestina, em função do desempenho da agroindústria açucareira de São Paulo, que produziu 431 mil t acima de sua quota inicialmente fixada. Como o objetivo de contenção da produção açucareira do Centro-Sul, expresso pelo **Plano de Safra**, não foi atingido, torna-se provável que, ao final da safra nordestina, a produção brasileira de açúcar seja igual ou superior àquela obtida um ano antes.

QUADRO 01 – AÇÚCAR – BRASIL E ESTADOS PRODUTORES – PRODUÇÃO NA SAFRA 1984/85 [1], PLANO DE SAFRA 1984/85 E PRODUÇÃO NA SAFRA 1983/84
(em t)

REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SAFRA 1984/85	PLANO DE SAFRA 1984/85	SAFRA 1983/84
Norte-Nordeste	3.312.386	3.500.000	3.410.626
Pará	–	11.500	–
Maranhão	32.217	27.000	25.008
Piauí	–	1.500	1.029
Ceará	41.788	40.000	38.031
Rio Grande do Norte	109.734	129.000	122.529
Paraíba	145.388	154.000	146.210
Pernambuco	1.575.592	1.646.800	1.618.869
Alagoas	1.232.574	1.333.200	1.308.925
Sergipe	79.414	83.000	80.215
Bahia	95.679	74.000	69.810
Centro-Sul	5.313.186	5.000.000	5.511.662
Minas Gerais	520.523	552.000	490.485
Espírito Santo	36.520	32.000	29.352
Rio de Janeiro	433.230	493.000	437.205
São Paulo	4.105.938	3.674.000	4.341.528
Paraná	141.810	170.000	150.949
Santa Catarina	21.849	31.000	20.730
Rio Grande do Sul	7.788	9.000	8.407
Mato Grosso	30.688	29.000	25.300
Goiás	14.840	10.000	7.706
BRASIL	8.625.572	8.500.000	8.922.288

FONTE – IAA.
[1] Posição em 28/02/85.

Em relação ao álcool, o plano de produção do **IAA** foi ainda mais acentuadamente ultrapassado. A autorização do governo federal, já no decorrer da safra, para que fossem produzidos mais 600 mil m³ de álcool em São Paulo, foi a única forma de evitar que restasse no campo, sem ser cortada, grande quantidade de cana-de-açúcar.

No que se refere ao Nordeste*, a questão que de imediato surge é a identificação da maneira pela qual as metas de produção de açúcar e ál-

(*) O número de **Agroanalysis** *de dezembro de 1984 inseriu acompanhamento da safra açucareira do Centro-Sul.*

cool para a região foram atingidas, contrariando previsões dos próprios produtores, industriais e agrícolas, da agroindústria canavieira, que acusavam extremas dificuldades econômico-financeiras, o que inviabilizaria parcialmente suas atividades produtivas, já nesta safra.

A resposta para esta questão pode ser encontrada em três pontos específicos. Em primeiro lugar, a favorável situação climática que prevaleceu ao longo das etapas de plantio, tratos culturais e corte de cana-de-açúcar, na maior parte da região. Ao contrário dos anos anteriores, em que a seca causou sensível redução do rendimento agrícola em algumas áreas produtoras, na safra atual predominou um quadro de estabilidade climática. No sul de Alagoas sentiram-se ainda, os efeitos da seca ocorrida em 1983, onde se estima ter havido a destruição de uma área de 50 mil ha de socaria. Contudo, o montante destes prejuízos locais foi reduzido, se for levada em conta a boa condição climática que prevaleceu em toda a Zona da Mata. A chuva foi suficiente no período de abril a agosto de 1984. Nos meses seguintes, a ocorrência de precipitações não chegou a prejudicar a moagem.

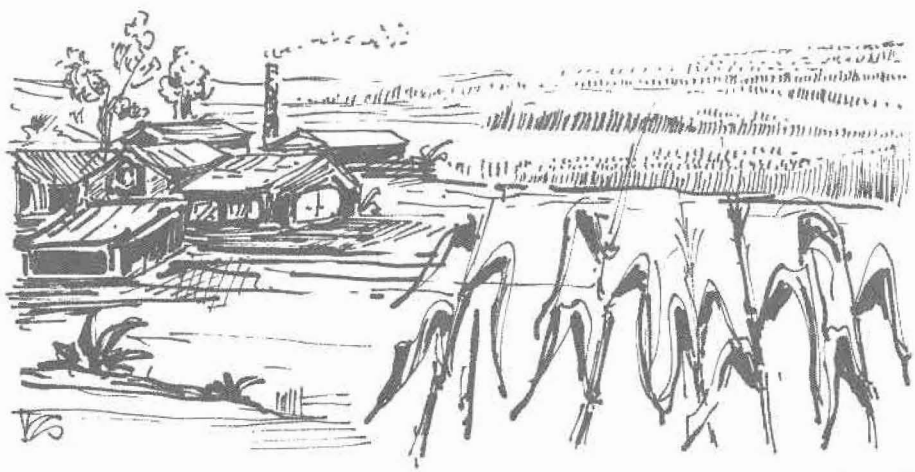
Um segundo fator ponderável na determinação da boa *performance* da safra nordestina foi a implantação do sistema de pagamento de cana pelo teor de sacarose nos estados de Pernambuco e Alagoas. Como conseqüência da nova forma de pagamento, já se observa entre os fornecedores o esforço em torno da melhoria de tratos culturais, bem como na forma de realização da colheita. Em Pernambuco, embora ainda tenham persistido divergências entre usineiros e fornecedores, quanto aos critérios e a lisura da aferição do nível de sacarose encontrado nas amostras da matéria-prima, a maior parte dos fornecedores foi contemplada com o pagamento de um ágio pela cana entregue. Em Alagoas, por sua vez, essas divergências também perduraram, sobretudo na região Norte do estado. Entretanto, parece bastante significativo o fato de que os fornecedores obtiveram um saldo positivo, em torno de Cr$ 12 bilhões, com a adoção do novo sistema.

Por último, vale mencionar o fato de que algumas usinas da região vêm produzindo quantidade de açúcar e álcool acima das quotas inicialmente

QUADRO 02 – ÁLCOOL – BRASIL E ESTADOS PRODUTORES – PRODUÇÃO NA SAFRA 1984/85 [1], PLANO DE SAFRA 1984/85 E PRODUÇÃO NA SAFRA 1983/84
(em m^3)

REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SAFRA 1984/85	PLANO DE SAFRA 1984/85	SAFRA 1983/84
Norte-Nordeste	1.493.105	1.600.000	1.129.638
Amazonas	6.061	2.400	1.568
Pará	4.233	2.640	1.973
Maranhão	17.701	23.576	13.396
Piauí	11.006	7.604	5.958
Ceará	15.120	14.560	11.055
Rio Grande do Norte	86.517	98.160	67.532
Paraíba	216.326	216.600	167.713
Pernambuco	410.701	443.000	265.562
Alagoas	664.229	680.800	550.392
Sergipe	29.799	26.400	16.919
Bahia	31.412	74.300	27.570
Centro-Sul	7.765.551	7.464.140	6.734.573
Minas Gerais	327.467	337.400	270.122
Espírito Santo	118.042	114.800	75.855
Rio de Janeiro	219.505	260.000	203.483
São Paulo	6.140.790	5.585.000	5.391.061
Paraná	464.651	587.140	491.570
Santa Catarina	11.252	12.000	11.167
Rio Grande do Sul	346	6.000	2.774
Mato Grosso do Sul	172.013	224.400	111.462
Mato Grosso	55.370	47.400	22.981
Goiás	256.115	290.000	154.098
BRASIL	9.258.656	9.063.140	7.864.211

FONTE – IAA.
[1] Posição em 15/03/85.



autorizadas pelo **IAA**. Acrescente-se a isto, que, tanto em Alagoas como em Pernambuco, as usinas expandiram sua área própria de plantio, através da aquisição de novas terras ou pela liquidação de contratos de arrendamento estabelecidos com os fornecedores. Ainda no que se refere à expansão da produção, deve ser observado que, com a implantação de novas destilarias autônomas, a produção de álcool cresceu significativamente, em especial no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Na avaliação da safra, os resultados, em termos de quantidade total produzida, não indicam por si só um bom ou mau desempenho. Neste sentido, a safra nordestina de 1984/85, embora tenha até mesmo superado as metas de produção inicialmente fixadas, ainda foi sofrível em termos econômicos. Isto, porque os rendimentos agrícola e industrial ficaram, na maior parte das vezes, aquém dos níveis considerados satisfatórios, ou seja, com uma produtividade agrícola média em torno de 63 t de cana/ha e uma produtividade industrial média próxima de 94 kg de açúcar/t de cana. Outrossim, o tempo de moagem não deveria ultrapassar 180 dias, meta que não foi alcançada, haja vista o prosseguimento da safra até meados de abril.

Além dos baixos rendimentos agrícola e industrial, a agroindústria canavieira nordestina defrontou-se, em todo o transcurso da safra, com dificuldades de ordem financeira. A principal reclamação dos produtores, no presente, refere-se às profundas modificações na política de crédito, por parte do governo federal. É importante lembrar que, até recentemente, usufruíram de crédito subsidiado e em montante considerável, desde a etapa do custeio até a de comercialização. Na safra 1984/85, agravaram-se as dificuldades já registradas no período anterior, com um custo financeiro em nível de mercado para os financiamentos concedidos, escassa oferta de crédito, dificuldades operacionais para a retirada dos empréstimos e grande atraso para suas liberações. Os produtores argumentam, ainda, que, junto ao endurecimento da política creditícia, o governo não estabeleceu graus de remuneração que cobrissem os custos financeiros enfrentados pela agroindústria. Ao contrário, baseando-se em critérios políticos, a fixação dos preços da cana-de-açúcar, açúcar e álcool estariam cada vez mais distantes da observância do movimento de elevação dos custos de produção.

Nesta safra, surgiu mais um problema: o **IAA** atrasou o pagamento do açúcar para a exportação, adquirido entre janeiro e março deste ano. A maior parte desta dívida, que, em seu conjunto, está avaliada em Cr$ 320 bilhões, foi contraída junto aos produtores da região Norte-Nordeste.

A situação das usinas, na região, também preocupa. Em Pernambuco, o endividamento externo concentra-se nas usinas localizadas na região Sul da Zona da Mata. Em Alagoas, as unidades mais endividadas estão dispersas por todo seu território. Contudo, neste estado, a origem das dívidas diferencia-se daquelas contraídas nas demais regiões produtoras, seja pelo fato de contar com uma menor ingerência do governo federal ou por terem sido assumidas em um contexto distinto, ou seja, a partir do momento em que começou a faltar crédito e a se reduzir a remuneração da indústria. Nos outros estados, como é sabido, o endividamento ocorreu em um período anterior, quando foram buscados recursos, com a intermediação do **IAA**, para a modernização do parque industrial.

Tudo isso parece apontar para uma profunda crise na agroindústria canavieira nordestina. Mesmo assim, em uma situação de crise e conseqüente redução dos lucros, a produção de cana-de-açúcar e seus derivados continua a se expandir.

Observa-se que o crescimento da produção vem sendo obtido fundamentalmente através da expansão da área plantada, o que se dá, via de regra,



em terrenos pouco favoráveis, provocando redução ainda mais acentuada do rendimento médio agrícola.

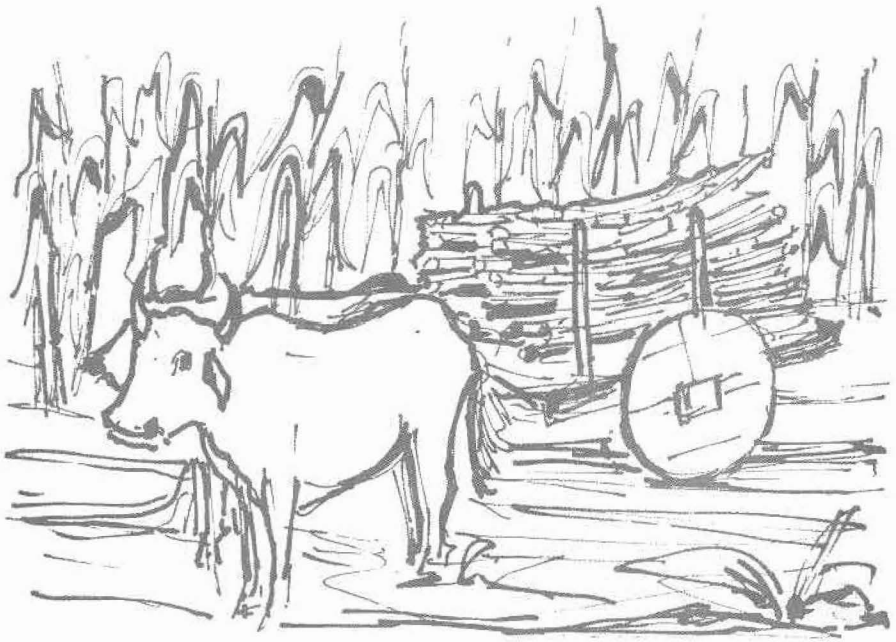
Três fatores concorrem para a ampliação da área plantada. O primeiro refere-se à capacidade ociosa das usinas, o que torna compensadora a ocupação de novas áreas, mesmo que pouco propícias à cultura canavieira.

Em segundo lugar, deve ser mencionado o estímulo à ampliação do plantio, gerado pelo programa de subsídios de equalização de custos, que prevalece em todo o Nordeste. Assim sendo, os maiores custos provenientes de áreas de plantio pouco aptas para a cana-de-açúcar são atenuados pela subvenção governamental.

Por último, em Pernambuco e em alguns outros estados, ocorre a ocupação de áreas periféricas àquelas tradicionais de plantio da matéria-prima, em função do temor dos usineiros e dos grandes fornecedores de que o ascenso do movimento sindical dos trabalhadores rurais conduza à cessão de terras para os cortadores de cana.

Este último fator sugere algumas considerações para o entendimento da questão agrária no complexo agroindustrial da cana-de-açúcar no Nordeste e, aliás, constou das preocupações da **Comissão para o Plano de Ação do Governo (Copag)**, reunida antes da posse da nova administração federal. Naquela ocasião, a **Copag** se referiu aos **latifúndios** envolvidos na atividade monocultora da cana-de-açúcar no Nordeste, como áreas passíveis de desapropriação para posterior redistribuição.

O trabalhador volante, que constitui o contingente predominante entre os cortadores de cana dos principais estados produtores, é proveniente, em geral, da própria Zona da Mata ou do Agreste. No passado, o trabalhador da Zona da Mata freqüentemente ocupava uma pequena extensão de terra, para a **roça**, perdida com a expansão da cana-de-açúcar. O trabalhador que no Agreste se dedica à agricultura de subsistência, vai à Zona da Mata, no período de corte da cana, buscando uma remuneração extra. Com o término da safra, retorna. Como conseqüência de sua diferente procedência, os trabalhadores da Zona da Mata possuem maior capacidade de entendimento e disposição reivindicatória bem mais acentuada do que o trabalhador volante, que vem do Agreste no período da safra.



Em Pernambuco, a **Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape)** defende a liberação das terras excedentes para os trabalhadores rurais, como forma de racionalização da atividade canavieira. Ao argumentar que a expansão da área cultivada com cana-de-açúcar em Pernambuco se deu em detrimento de culturas alimentares, a **Fetape** conclui que este tem sido um fator que contribui para o aumento dos preços dos alimentos no estado. Também rejeita o argumento de que os custos da produção pernambucana são mais altos, devido à baixa produtividade do trabalhador rural e aos "elevados salários" que este percebe. Por último, reivindicando o cumprimento da legislação vigente, defende a aplicação da **Lei do Sítio**, regulamentada pelo decreto 57.020, de 1968, que reserva até 2 ha de terra ao trabalhador empregado há mais de um ano na usina ou engenho de açúcar. Segundo o **Ato** 18/1968, que dispõe sobre a execução do decreto citado, cabe ao **IAA** controlar o cumprimento dessa lei. Na verdade, tal obrigação é freqüentemente esquecida e o próprio trabalhador não se sente atraído em gastar parte de seu tempo nas terras destinadas ao cultivo de produtos voltados para sua subsistência, quando entende que não tem assegurado o resultado de sua produção. Para fazer frente a estas dificuldades, cogita-se da alternativa de criação de cooperativas de pequenos produtores ou explorações coletivistas, com apoio estatal, como as **Cooperativas Integrais de Reforma Agrária**, previstas no **Estatuto da Terra**.

Uma outra disputa que ocorre entre as representações dos trabalhadores e dos usineiros e fornecedores situa-se em torno do cumprimento do Acordo Coletivo, assinado em novembro de 1984. O principal pleito dos trabalhadores consiste em manter a tabela de tarefas para o regime de produção do trabalhador rural, visto que, alegam, os usineiros e fornecedores buscam intensificar estas tarefas, o que significa para o cortador de cana a redução de seu salário real e o aumento do desemprego.

ALGODÃO

A produtividade física média reduziu-se, mas a expansão da área plantada fez aumentar a produção no Centro-Sul. Também deverá crescer a produção nordestina, cujas estimativas ainda podem ser alteradas, devido às inundações. Com uma possível produção recorde, parte do excedente do mercado interno deverá ser exportada, graças ao subsídio concedido ao exportador.

As últimas estimativas da safra confirmam o crescimento esperado. A produção de algodão em caroço deverá saltar de 2,2 milhões de t, obtidos em 1984, para 3 milhões este ano, crescendo nada menos do que 40%. Na região Centro-Sul, deverá alcançar 1,9 milhão de t, expandindo-se 43,5%, número mais ou menos definitivo, uma vez que grande parte da safra já está colhida. O aumento da produção nessa região deveu-se, quase exclusivamente, à expansão ocorrida na área plantada (56%), visto que a produtividade física média nos dois principais estados produtores reduziu-se bastante, notadamente em São Paulo, onde a queda esperada é de 22,8% (ver Quadro 03).

No Nordeste, a produção também crescerá de modo significativo, estimando-se em cerca de 20% a do arbóreo e de 42% a do herbáceo. No entanto, as estimativas atuais podem sofrer alguma redução, já que as enchentes inundaram várias áreas plantadas ou a plantar, principalmente no Ceará, o maior produtor da região. O replantio vai depender muito do nível de encharcamento do solo, podendo, caso não seja possível a plena reutilização das áreas inundadas, afetar a produção do algodão herbáceo (ver Quadro 04). Por outro lado, embora tenha apresentado um pequeno aumento no número de pés em fase produtiva (7%), a produção de algodão arbóreo deverá crescer até 20%, em virtude do aumento esperado na produtividade média da lavoura. Este ano, o retorno da normalida-

QUADRO 03 – ALGODÃO EM CAROÇO – PRODUÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL SAFRAS 1983/84 E 1984/85

ESTADO	1983/84 [1]			1984/85		
	Área colhida (ha)	Produção obtida (t)	Rendimento médio obtido (kg/ha)	Área plantada (ha)	Produção esperada (t)	Rendimento médio esperado (kg/ha)
PR	322.124	611.865	1.899	520.000	890.000	1.712
SP	244.000	507.686	2.081	372.751	598.571	1.605
MG	109.138	85.273	781	151.321	202.789	1.340
MS	34.394	56.826	1.652	67.000	107.200	1.600
MT	6.292	8.069	1.282	15.806	22.021	1.393
GO	46.900	93.020	1.983	64.330	134.640	2.093
TOTAL	762.848	1.362.739	1.786	1.191.208	1.955.221	1.641

FONTE – IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, março/1985.
[1] Resultado final.

QUADRO 04 – ALGODÃO HERBÁCEO – PRODUÇÃO DA REGIÃO NORDESTE SAFRAS 1983/84 E 1984/85

ESTADO	1983/84 [1]			1984/85		
	Área colhida (ha)	Produção obtida (t)	Rendimento médio obtido (kg/ha)	Área plantada (ha)	Produção esperada (t)	Rendimento médio esperado (kg/ha)
CE	269.899	181.426	672	308.661	243.891	790
RN	167.013	81.352	487	180.475	85.415	473
PB	168.856	109.174	647	208.046	159.541	767
PE	50.022	29.313	586	65.000	39.000	600
AL	67.116	20.338	303	90.689	26.216	289
BA	107.583	67.347	626	126.741	162.102	1.279
Outros	79.972	39.513	494	77.886	35.465	455
TOTAL	910.461	529.463	581	1.057.498	751.630	710

FONTE – IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, março/1985.
[1] Resultado final.

QUADRO 05 – ALGODÃO ARBÓREO – PRODUÇÃO DA REGIÃO NORDESTE – 1974–85
(em t)

UF	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
MA	11.855	11.727	11.415	10.545	11.861	11.973	12.499	13.763	11.357	7.379	9.002	7.969
PI	27.840	29.654	11.001	30.353	23.876	22.962	17.541	18.493	17.882	3.420	33.348	39.736
CE	213.692	188.100	170.000	192.000	237.600	150.000	131.250	90.000	149.880	47.264	100.693	112.125
RN	71.017	82.315	71.730	72.962	69.934	17.483	15.620	23.546	29.745	4.337	49.690	70.734
PB	72.227	65.049	53.807	89.379	77.264	49.032	40.653	33.345	23.872	8.685	58.306	72.808
PE	57.185	36.023	35.766	39.870	38.338	27.345	17.859	10.399	9.777	6.260	15.821	18.000
AL	1.937	1.082	99	150	154	60	–	–	–	–	–	–
BA	4.500	4.158	3.510	2.376	2.754	2.160	1.132	931	962	853	865	875
TOTAL	460.253	418.108	357.328	437.635	461.781	281.015	236.554	190.477	243.475	78.198	267.725	322.247

FONTE – IBGE.

de climática, após cinco anos de seca, (ver Quadro 05), far-se-á sentir de forma mais intensa sobre a produtividade física média da cultura, esperando-se que seja bem superior à obtida nos últimos anos.

Caso se confirmem as estimativas, a produção brasileira de algodão será recorde, o que deverá impedir uma recuperação dos preços no segundo semestre, situando-os próximos aos mínimos garantidos pelo governo.

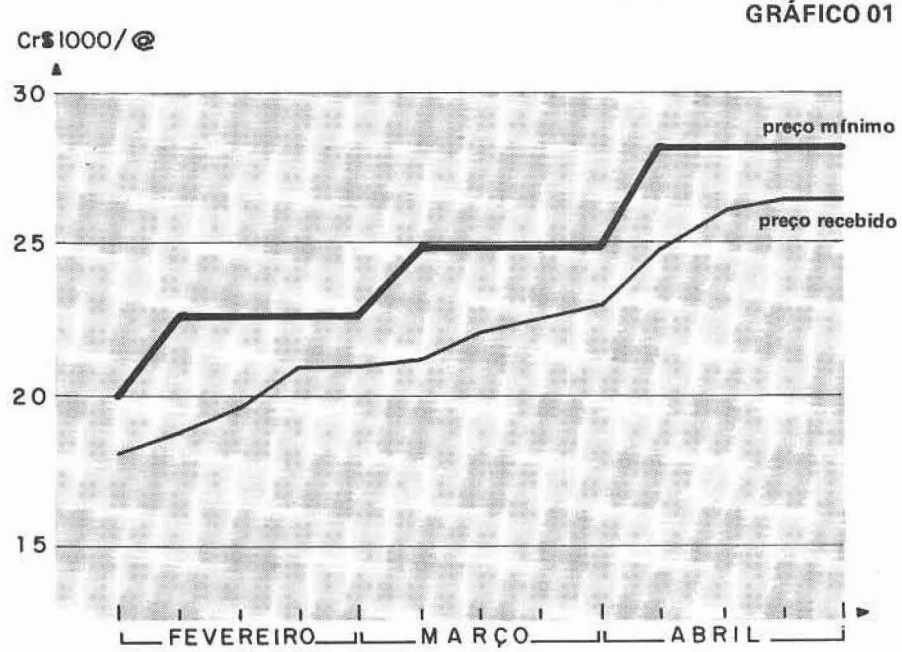
A liberação de 130 mil t de algodão em pluma para exportação com isenção do pagamento do **ICM**, em fins de março, não surtiu o efeito esperado, de elevação dos preços pagos aos produtores até o patamar do preço mínimo (ver Gráfico 01) e atenuou a procura pelas **AGF's** no início de abril, uma vez que o preço mínimo não teve mais correção. A diferença de preços entre as cotações interna e externa inviabilizou, porém, as exportações, que somente estão sendo possíveis devido ao subsídio concedido ao exportador.

A exportação através de licitações públicas, a exemplo do que ocorreu em 1983, confere ao exportador um subsídio implícito equivalente ao prejuízo que teria exportando algodão adquirido pelo preço mínimo. Posto em prática em 1982, o sistema aumentou a quantidade exportada no ano seguinte e, agora, poderá mais uma vez auxiliar o escoamento de parte do excedente do mercado interno. A concessão de uma cobertura de preço ao exportador, num momento em que há escassez de recursos governamentais e se cogita extinguir os subsídios existentes na economia, tem recebido sérias críticas por parte de representantes da indústria têxtil e de áreas afins. Em seu favor, no entanto, deve ser lembrado que poderá significar um ônus menor para os cofres públicos do que as despesas de manutenção de um estoque elevado em 1985.

Como o preço de mercado ainda é inferior ao mínimo de garantia, e nada indica que se vá recuperar no curto prazo, devido à abundante oferta, a demanda por **AGF's** tende a se intensificar, transformando o governo no principal agente comercializador da safra. Por outro lado, ainda que se considere a escassez de recursos governamentais, a opção de venda ao governo pelo preço mínimo tem que ser salvaguardada ao produtor, sob pena de perda de grande parte de sua

ALGODÃO – PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR NO PARANÁ E PREÇO MÍNIMO (MÉDIAS SEMANAIS, FEV-ABRIL/1985)

GRÁFICO 01

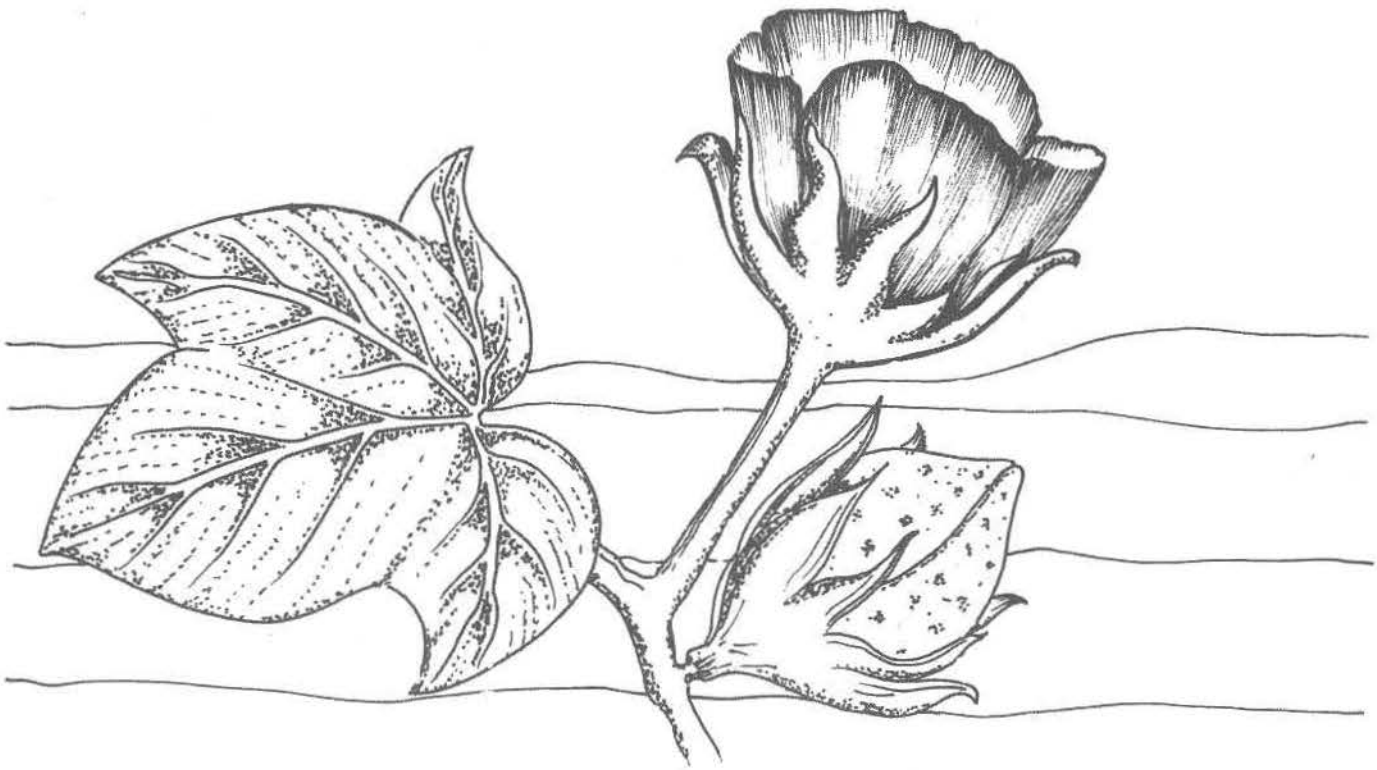


FONTE – FGV/IBRE/CEA.

eficácia como um dos principais instrumentos de estímulo à produção. Vale lembrar que, como o preço mínimo encontra-se estabilizado desde o início de abril, a tendência é de que os preços evoluam, ainda que a uma taxa inferior à da inflação, e superem o mínimo garantido pelo governo, reabrindo-se o mercado à iniciativa privada, tradicional compradora da safra.

A exportação de parte do excedente durante o primeiro semestre (período de entressafra no Hemisfério Norte e, em geral, de cotações externas mais altas) deverá elevar os preços da fibra no mercado interno, reduzindo a pressão por **AGF's** e viabilizando a venda, ainda que de forma parcial, dos grandes estoques mantidos atualmente pelo governo. Embora os preços pagos aos produtores ainda não tenham alcançado o mínimo, espera-se que, daqui por diante, este seja ultrapassado pelo preço de mercado, visto que seu valor real tenderá a diminuir, devido às taxas de inflação, o que deverá resultar numa quantidade de vendas ao governo bem inferior às do mês de abril.

Para a safra nordestina, o preço básico vigente em maio é de Cr$ 26.686/@ e será corrigido, pela variação da **ORTN**, até setembro próximo. Segundo normas divulgadas pela **CFP**, as operações de **AGF** e **EGF** poderão ser contratadas a partir de 1º de julho, com base no preço básico da época. Deve-se ressaltar que, em valores reais, o preço mínimo do Nordeste está defasado cerca de 15% em relação ao do Centro-Sul (Cr$ 23.773/@ contra Cr$ 28.050/@ em valores de abril, embora este último não seja mais corrigido), o que deverá resultar, em setembro, num preço bem próximo ao de mercado. Assim, a comercialização da safra da região Nordeste deverá transcorrer sem maiores transtornos e sem que o governo tenha de arcar com a maior parte das compras. A confirmação dessas previsões irá depender diretamente da venda para o mercado externo de parte significativa do excedente exportável, atualmente estimado em 313 mil t de algodão em pluma. Os dois leilões realizados pela **CFP**, no início de maio, viabilizaram a exportação de 14,5 mil t de algodão, custando aos cofres públicos US$ 1,27 milhão (no primeiro o diferencial de preço chegou a 9,25%, reduzindo-se para 7,1% no segundo). O governo tenciona fazer leilões semanais até totalizar 50 mil t, visando, assim, a reduzir a disponibilidade da fibra internamente, antes da entrada da safra nordestina. Vale notar que os preços externos do algodão não deverão sofrer grandes alterações este ano, devido à perspectiva de suprimento folgado do mercado, em virtude do imenso incremento da produção, em 1984/85. O aumento previsto, de cerca de 60% dos estoques mundiais em fins do atual ano comercial, de 25,7 milhões de fardos em 1º de agosto de 1984, para 40,3 mi-



lhões em 1º de agosto deste ano, deverá obstar qualquer aumento dos preços.

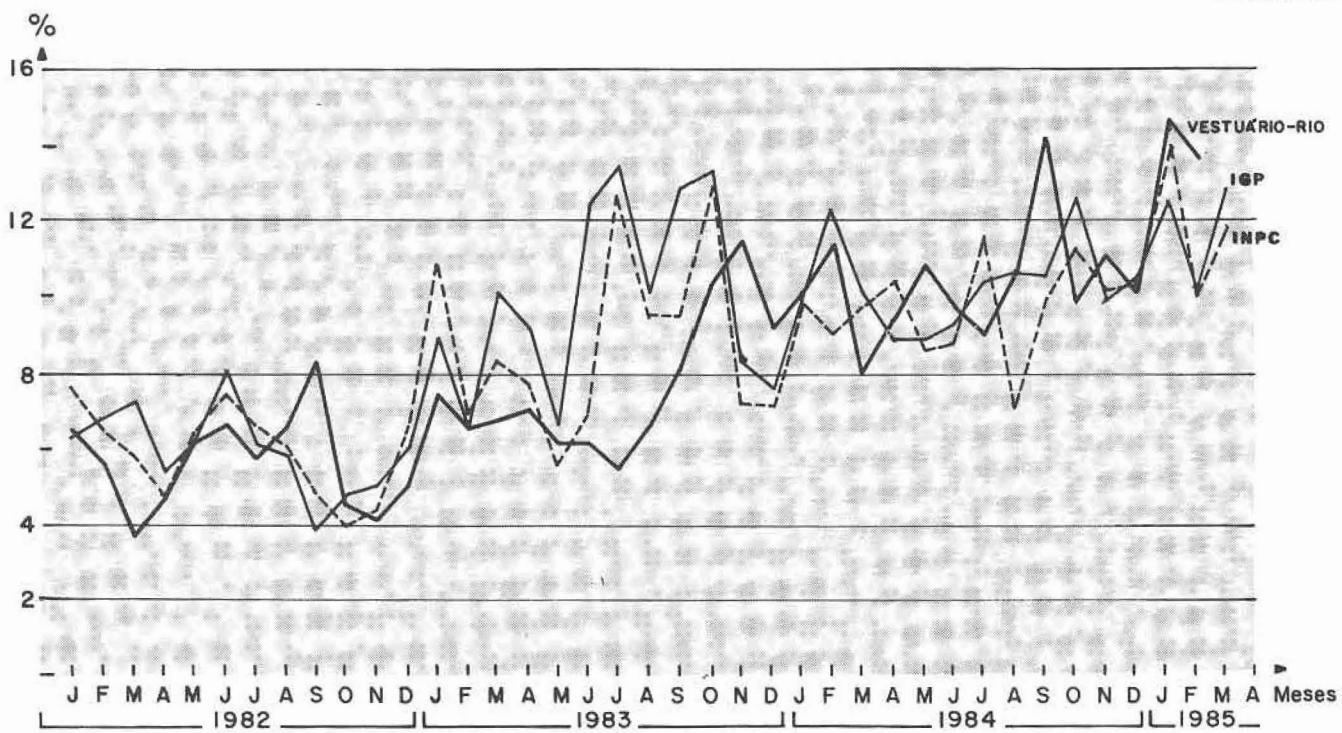
O consumo interno de algodão, por outro lado, não deverá apresentar crescimento expressivo ainda este ano, em que pesem as perspectivas de aumento de cerca de 8% nas vendas de produtos têxteis. Deve-se lembrar que 1984 ainda foi um ano muito ruim para as vendas de roupas e de tecidos, muito embora o mercado tenha reagido favoravelmente a partir do segundo semestre, em resposta a uma série de medidas que melhoraram a renda líquida de algumas categorias assalariadas, tais como as devoluções do **Imposto de Renda**, os bônus do **BNH**, os pagamentos de quotas do **PIS/PASEP** e os acordos salariais firmados com base no **INPC** integral para diversas faixas de salário (ver Gráfico 02). O aumento esperado no consumo interno este ano, com base em reajustes de salários menos draconianos para a maioria dos trabalhadores e por taxas de inflação cadentes, ainda que significativo, não será suficiente para influenciar de forma acentuada a demanda de algodão, uma vez que as exportações de artigos têxteis não deverão repetir o brilhante desempenho de 1984.

A valorização do dólar e as crescentes medidas protecionistas adotadas pelos **EUA** e por outros importadores reduziram bastante as possibilidades de entrada do produto brasileiro nos mercados norte-americano e europeu. Além disso, a extinção do crédito-prêmio do **IPI** e o aumento dos juros internos atuaram como um ônus a mais para o exportador brasileiro, que teve reduzida sua margem de lucro nas vendas externas. É bom relembrar, contudo, que o aumento das exportações em 1984, só foi possível graças a uma combinação de fatores, podendo-se destacar: 1) a viabilidade de preenchimento das quotas, tanto junto à **CEE** como aos **EUA**, dado o nível de preços dos produtos brasileiros; 2) o crescimento da economia norte-americana e sua política interna de beneficiar o consumo popular; 3) a situação do mercado brasileiro de artigos têxteis, cujas vendas, em fins de 1983 e início de 1984, declinaram para nível inferior ao de 1979.

Como, hoje, o mercado interno apresenta perspectivas animadoras e, no mercado externo, as possibilidades de realização de negócios sofrem os reflexos, nada benéficos, dos fatores citados, é provável que a indústria redirecione uma parte da produção exportável para o mercado interno.

BRASIL – EVOLUÇÃO DO IGP-DI, DO INPC E DO ITEM DO ICV/RJ REFERENTE AO VESTUÁRIO JANEIRO DE 1982 A ABRIL DE 1985

GRÁFICO 02



FONTE – Conjuntura Econômica.

ARROZ

A área de plantio do arroz, no Brasil, vem diminuindo, há alguns anos. Devido ao bom rendimento físico desta safra, porém, a colheita, até o momento, tem propiciado uma produção elevada, acarretando os costumeiros problemas de comercialização. Persistem, no entanto, as dúvidas sobre o impacto das chuvas nas lavouras nordestinas.

A produção total das lavouras brasileiras evoluiu a taxas elevadas durante os anos setenta, levando as autoridades a se regozijarem com o bom desempenho, tido como o mais destacado, em âmbito mundial. Em termos *per capita*, porém, há divergências quanto à real situação do país e se tem como certo que, nesta década, importantes culturas produtoras de alimentos não vêm expandindo sua produção a contento. O ponto central a tolher seu progresso é a baixa renda do trabalhador assalariado, gargalo que a atual alteração na política salarial começa, timidamente a eliminar.

O caso do arroz é significativo. O Quadro 06 mostra que, desde 1976, vem-se reduzindo a área de cultivo. A produção daquele ano só foi superada em 1980 e, dada a redução do plantio, não se espera para tão cedo uma safra maior. O rebaixamento do preço do produto, devido à dificuldade de absorção de uma grande produção pelo mercado interno, acarretou um processo de substituição por lavouras mais rentáveis nas zonas produtoras de sequeiro, enquanto a área irrigada apresentava uma expansão paulatina (ver **Agroanalysis**, vol. 8, nºs 5 e 12), da qual se obtêm tipos melhores, destinados à população de renda mais elevada, nos grandes centros urbanos.

No corrente ano, por exemplo, o

QUADRO 06 – ARROZ – BRASIL – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO – 1942-85 [1]

ANO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)	ANO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1942	1.058.707	1.881.255	1.777	1964	4.182.361	6.344.931	1.520
1943	1.170.013	1.893.834	1.619	1965	4.618.898	7.579.649	1.640
1944	1.427.515	2.110.467	1.478	1966	4.004.850	5.801.814	1.450
1945	1.498.117	2.146.965	1.433	1967	4.291.147	6.791.990	1.580
1946	1.681.159	2.771.918	1.649	1968	4.458.952	6.652.508	1.490
1947	1.650.989	2.596.374	1.570	1969	4.620.699	6.394.285	1.380
1948	1.661.601	2.554.334	1.540	1970	4.979.165	7.553.083	1.520
1949	1.758.246	2.720.159	1.550	1971	...	...	...
1950	1.964.158	3.217.690	1.640	1972	...	...	...
1951	1.967.225	3.182.080	1.620	1973	4.794.832	7.167.127	1.490
1952	1.872.728	2.931.110	1.570	1974	4.664.883	6.764.038	1.449
1953	2.072.335	3.072.374	1.480	1975	5.306.270	7.781.538	1.466
1954	2.425.277	3.366.838	1.390	1976	6.656.480	9.757.079	1.465
1955	2.511.689	3.737.471	1.490	1977	5.992.090	8.993.696	1.500
1956	2.554.853	3.488.777	1.370	1978	5.623.515	7.296.142	1.297
1957	2.490.167	4.072.051	1.640	1979	5.452.086	7.595.214	1.393
1958	2.514.490	3.829.295	1.520	1980	6.243.138	9.775.720	1.565
1959	2.682.879	4.101.447	1.530	1981	6.065.701	8.260.547	1.370
1960	2.965.684	4.794.810	1.620	1982	6.016.255	9.718.074	1.615
1961	3.174.037	5.392.477	1.130	1983	5.110.398	7.749.513	1.516
1962	3.349.810	5.556.834	1.660	1984	5.356.267	9.021.610	1.684
1963	3.721.800	5.740.065	1.540	1985	4.907.012	9.362.243	1.908

FONTE – IBGE.

[1] **Estimativa de março de 1985.**

consumo está estimado, pela **Companhia de Financiamento da Produção,** em 9,4 milhões de t, o mesmo nível alcançado em 1982. Aliás, segundo a **CFP,** a demanda pelo arroz não se reduziu ainda mais, no período, devido às maiores majorações dos preços de alimentos substitutos, principalmente as massas. Para a elaboração de seu balanço de oferta e demanda, a **Companhia** está avaliando a safra 1984/85 em 8,9 milhões de t, no mês de abril. Mesmo assim, não prevê, ainda, a ocorrência de problemas no abastecimento, pois o estoque remanescente da safra 1983/84 foi estimado em 1 milhão de t, bem acima do esperado.

Infelizmente, ainda há tempo para a reversão deste otimismo. Até junho, estarão colhidos 69% da safra. Os demais 31%, em que se inclui a produção maranhense, de 1,1 milhão de t, terão sua colheita encerrada no segundo semestre.

Embora o **IBGE** esteja considerando, segundo o **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola,** de março, uma produção de 9,4 milhões de t (ver Quadro 07), as fortes chuvas que assolam os estados nordestinos causarão danos inevitáveis. No Maranhão, a **Secretaria da Agricultura** considera possível a perda de 40% da produção. O estado é o principal produtor do Nordeste e, em anos considerados **normais,** exporta quase metade da safra (ver **Agroanalysis,** vol. 8, nº 9), principalmente para o Ceará. Atualmente, não se dispõe de uma avaliação acurada das perdas provocadas pelas enchentes, pela impossibilidade completa de locomoção em grande parte do território. Quase a totalidade dos arrozais encontra-se nas fases de maturação e de colheita e, mesmo não sendo significativa a área plantada realmente inundada, as chuvas que caem desde janeiro (em fevereiro a região de Balsas chegou a colher arroz de ciclo curto) acarretarão sérios danos à qualidade do grão. Também a anormal falta de luminosidade do período levará à substancial perda no rendimento físico das lavouras maranhenses.

A avaliação de 40% talvez seja precipitada, mas perdas deste porte são comuns no Maranhão, devido à rusticidade de grande parte do cultivo (segundo o censo de 1980, 85% dos informantes produtores de arroz, responsáveis por 83% da produção e da área da orizicultura, só utilizam sementes comuns e nenhuma tecnologia).

Os demais estados nordestinos afetados pelas cheias apresentam indefinições semelhantes, mas o peso de suas produções no total do país não representa risco ponderável para o abastecimento (ver Quadro 08). Apenas o Piauí, de que se esperava,

QUADRO 07 – ARROZ – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO – SAFRA 1984/85

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Rio Grande do Sul	717.876	3.012.486	4.196
Goiás	856.420	1.264.180	1.461
Maranhão	788.155	1.113.839	1.413
Minas Gerais	538.769	836.588	1.553
Mato Grosso	417.444	542.049	1.298
São Paulo	316.287	501.504	1.586
Santa Catarina	142.000	427.600	3.011
Paraná	205.000	296.000	1.444
Mato Grosso do Sul	245.360	294.432	1.200
Piauí	194.805	249.928	1.283
Rondônia	141.977	213.393	1.503
Rio de Janeiro	33.064	104.813	3.170
Pará	87.163	94.204	1.081
Espírito Santo	35.073	92.028	2.624
Bahia	54.100	80.663	1.491
Ceará	37.147	73.630	1.982
Acre	26.225	40.778	1.555
Sergipe	10.721	27.746	2.588
Pernambuco	5.416	20.740	3.829
Paraíba	10.774	20.122	1.873
Alagoas	7.380	18.795	2.547
Roraima	8.307	14.226	1.713
Rio Grande do Norte	7.686	9.479	1.233
Distrito Federal	6.500	7.800	1.200
Amazonas	3.116	3.730	1.197
Amapá	1.277	1.490	1.167
BRASIL	4.907.012	9.362.243	1.908

FONTE – IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, março de 1985.

antes das chuvas, uma produção de quase 250 mil t, tem destaque. Lá também são estimadas, pela **Cepa**, perdas de 30% a 40% da safra. No Sul do estado, que planta antes e, majoritariamente, arroz de sequeiro, às margens dos rios, os danos estão sendo muito grandes. No Norte, pequenos produtores cultivam arroz irrigado à margem do rio Parnaíba e, entre os mais de trinta municípios afetados, estão todos os que concentram os arrozais da região. As estradas vicinais, intrafegáveis, não estão permitindo o escoamento da safra e, embora a capacidade de armazenagem seja suficiente, as perdas no transporte do que puder ser colhido serão ampliadas. Ao contrário do feijão, o replantio (estão sendo distribuídas sementes da variedade **Cica-4**), caso ocorra, não será expressivo, atingindo apenas 2 mil ha.

Usualmente, a produção piauiense não basta para o suprimento das necessidades internas e há grandes importações do Maranhão, de Goiás e, no caso dos supermercados de Teresina, do Rio Grande do Sul. Este ano, as importações serão forçosamente bem maiores e a oferta de arroz goiano deverá aumentar, caso as dificuldades da safra maranhense se acentuem. Em Goiás, não há maiores problemas, o que pode ser visualizado no bom rendimento físico médio esperado (1.461 kg/ha) e a **Companhia de Financiamento da Produção** já adquiriu 220 mil t, estando entre 550 mil e 600 mil t em **EGF** (cerca de 255 mil t na mesma época do ano passado).

A difícil situação do Nordeste poderá ser contrabalançada pelo bom desempenho das lavouras do Sul do país e pelo aumento do plantio na região Norte. No Rio Grande do Sul, a safra está atualmente estimada em 3,1 milhões de t, mas há suposições de que se aproxime dos 3,2 milhões. Na fronteira, a estiagem não provocou maiores seqüelas e o resultado das lavouras vem sendo satisfatório. A reunião do **GCEA**, em fins de abril, passou a considerar uma área plantada de 685.940 ha para o arroz irrigado e 32.935 ha para o de sequeiro, com produções de 3 milhões de t e 42.741 t, respectivamente. O rendimento médio, segundo a mesma fonte, é recorde: 4.416 kg/ha, próximo ao dos principais produtores mundiais (ver **Agroanalysis**, vol. 9, nº 4).

A elevada produção gaúcha poderia repetir os problemas ocorridos na comercialização da safra 1983/84. No entanto, o preço mínimo foi considerado bom, situando-se próximo do nível do mercado, e a liberação dos financiamentos bancários está ocorrendo com muito mais facilidade do que há um ano. Um bom reflexo da situação foi a tranqüila realização do **XXII Congresso Estadual da Economia Arrozeira**, menos concorrido do que os anteriores, segundo diversas referências.

Evidentemente, há insatisfação com o desenvolvimento do mercado, mas a preocupação em escoar rapidamente o produto colhido contribui para isso. No ano passado, os produtores (principalmente os pequenos) que optaram por **segurar** sua safra mais tempo, foram prejudicados pelos preços declinantes.

No início de maio, já havia mais de 300 mil t em **EGF** (70 mil na mesma época de 1984) e quase 600 mil t em **AGF**, considerando-se que a **CFP** retire do mercado, este mês, entre 800 mil e 900 mil t colocadas nesta última modalidade, com os **EGF's** cobrindo entre 1 milhão e 1,2 milhão de t (600 mil t em 1984).

A isto se somariam cerca de 100 mil t em equivalente casca, adquiridas pelo **Irga/Seap**. O início destas compras é aguardado com enorme expectativa, por serem consideradas a única possibilidade de aumento da margem de ganho dos engenhos e cooperativas gaúchos. Estão a depender da fixação do preço, reivindicado a Cr$ 137 mil, mas aguardado entre Cr$ 129 mil e Cr$ 137 mil.

Há algumas semanas, estes segmentos, ligados ao beneficiamento e à comercialização do arroz gaúcho, vêm reivindicando a fixação de um

QUADRO 08 – ARROZ – PRODUÇÃO DA REGIÃO NORDESTE – 1974–85
(em t)

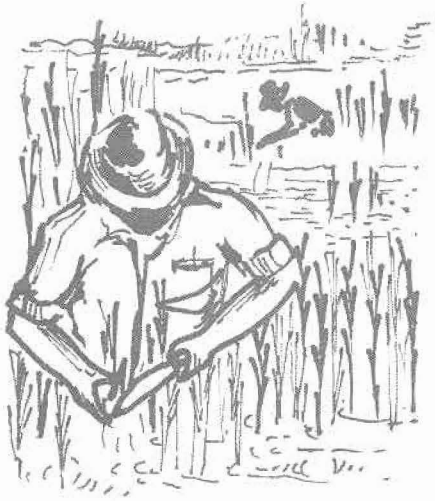
UF	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985[1]
MA	653.083	907.482	953.071	1.137.609	1.142.704	1.070.190	1.281.316	721.966	1.576.518	430.939	1.145.223	1.113.839
PI	57.240	157.485	126.043	177.178	144.964	119.429	76.807	87.612	213.103	53.763	200.057	249.928
CE	63.290	90.000	59.850	84.000	67.200	49.548	18.000	30.600	65.491	30.077	82.597	73.630
RN	4.723	4.889	3.683	9.012	6.212	1.112	878	2.038	1.782	1.335	8.731	9.479
PB	20.585	25.351	12.036	13.852	8.295	10.735	7.221	7.993	7.666	3.607	13.261	20.122
PE	8.486	9.894	11.033	6.803	5.685	5.320	5.406	10.207	14.910	10.709	15.688	20.740
AL	28.834	15.336	10.146	13.398	14.133	13.323	14.680	13.103	15.537	11.368	13.632	18.795
SE	21.494	26.147	18.670	18.831	21.706	25.437	19.030	16.180	24.758	22.734	25.625	27.746
BA	51.484	55.475	34.200	32.400	33.600	48.620	60.200	40.250	57.280	58.508	30.338	80.663
NE	909.219	1.292.059	1.228.732	1.493.083	1.444.499	1.343.714	1.483.538	929.949	1.977.045	623.040	1.535.152	1.614.942

FONTE – IBGE.
[1] **Produção esperada (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de março de 1985).**

preço mínimo consensual, de Cr$ 73 mil pelo fardo de 30 kg do arroz descascado (FOB-RS), por considerarem inaceitáveis os preços do atacado. A pressão da entrada da safra tem impedido que se alcance o preço almejado e apenas os movimentos de reposição dos estoques dos supermercados e a morosidade da colheita gaúcha (também afetada pelas chuvas) estão contribuindo para que não haja uma queda das cotações. Segundo a **Emater-RS**, o preço médio recebido pelos produtores no Rio Grande do Sul foi de Cr$ 47.312/50 kg, com um máximo de Cr$ 52 mil em Uruguaiana e um mínimo de Cr$ 45 mil em Dom Pedrito, Rio Grande e São Lourenço.

Apesar de o atual preço mínimo, de Cr$ 40 mil/50 kg, ter sido bem aceito, cabe lembrar que o cálculo do custo de produção do **Instituto Riograndense do Arroz**, elaborado conforme as condições do mês de janeiro último e um rendimento físico médio de 4.320 kg/ha, resultou num custo por saca superior ao atual preço mínimo. De acordo com os dados do **Irga**, os custos financeiros vêm assumindo cada vez maior peso nos custos, distanciando-se sobremaneira das demais despesas. Há algumas safras, equiparavam-se aos gastos com a irrigação (ver Quadro 09).

O cálculo mais recente do **Irga** mostra que, caso o reembolso do Valor Básico de Custeio pelo agricultor termine em julho e o do financiamento complementar em abril, o custo por saca de 50 kg será de Cr$ 51.196. Na hipótese de ambos os pagamentos serem efetuados em abril,



QUADRO 09 – ARROZ – ESTIMATIVA DO CUSTO DA PRODUÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL – JAN. DE 1983 A JAN. DE 1985

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO-1983		MAIO-1983		JANEIRO-1984		JUNHO-1984		JANEIRO-1985	
	Cr$/ha	%	Cr$/ha	%	Cr$/ha	%	Cr$/ha	%	Cr$/ha	%
Terra de Cultivo	39.426	14,7	77.665	12,7	84.570	8,5	450.049	12,3	651.998	14,7
Lavração	5.905	2,2	14.255	2,3	14.331	1,4	49.860	1,4	55.827	1,3
Discagem	10.541	3,9	25.193	4,1	26.807	2,7	86.914	2,4	95.775	2,2
Aplainamento	3.760	2,4	9.237	1,5	9.498	0,9	23.321	0,6	26.094	0,6
Drenagem	3.150	1,2	4.875	0,8	5.175	0,5	25.845	0,7	25.800	0,6
Adubos e fretes	17.900	6,7	37.942	6,2	47.489	4,8	179.600	4,9	179.791	4,1
Sementes e fretes	17.789	6,6	35.852	5,9	47.295	4,8	125.915	3,4	153.486	3,5
Plantio	4.035	1,5	8.960	1,5	9.564	1,0	32.079	0,9	35.170	0,8
Rolagem	145	0,1	374	0,1	391	0,0	3.906	0,1	4.184	0,1
Irrigação	36.688	13,6	85.784	14,1	100.426	10,1	354.476	9,7	461.055	10,4
Canais e condutos	1.260	0,5	2.126	0,3	2.126	0,2	5.927	0,2	5.917	0,1
Taipas e remontes	8.256	3,1	19.040	3,1	19.642	2,0	60.108	1,6	63.759	1,4
Aquador	4.142	1,5	6.960	1,1	8.874	0,9	35.317	1,0	50.637	1,1
Adubação em cobertura	1.337	0,5	1.827	0,3	4.367	0,4	15.525	0,4	15.525	0,3
Controle de moléstias, pragas e invasoras	12.931	4,8	26.358	4,3	65.037	6,5	105.987	2,9	106.863	2,4
Colheita	12.274	4,6	35.426	5,8	40.755	4,1	221.600	6,1	232.309	5,2
Transporte para local de embarque	7.585	2,8	14.519	2,4	19.387	1,9	55.852	1,5	60.577	1,4
Secagem	9.369	3,5	22.522	3,7	63.794	6,4	93.791	2,6	167.644	3,8
Transporte para o engenho	9.682	3,6	17.207	2,8	34.415	3,4	30.858	0,8	97.717	2,2
Sacaria para colheita	4.661	1,7	2.146	0,3	6.268	0,6	8.871	0,2	13.114	0,3
Administração	3.040	1,1	7.207	1,2	8.105	0,8	30.784	0,8	37.280	0,8
Estradas	486	0,2	829	0,1	926	0,1	2.329	0,1	2.295	0,0
Cercas	819	0,3	2.399	0,4	2.399	0,2	12.924	0,3	13.027	0,3
Casas e galpões	5.491	2,0	12.370	2,0	12.370	1,2	49.418	1,3	49.418	1,1
Juros sobre capital de giro	36.797	13,7	119.626	19,6	336.759	33,8	491.164	40,8	1.661.488	37,6
Seguros	1.127	0,4	3.201	0,5	3.201	0,3	11.277	0,3	11.277	0,3
Taxas	10.092	3,8	16.279	2,7	22.704	2,3	91.246	2,5	145.310	3,3
TOTAL	268.698	100,00	610.139	100,00	996.689	100,00	3.654.953	100,00	4.423.337	100,0

FONTE – Instituto Riograndense do Arroz – Irga.

1 **Devido a arredondamentos, os somatórios divergem dos totais das colunas.**

ter-se-á um custo de produção de Cr$ 48.486/50 kg.

Excetuando-se a entrada do **Irga/Seap** no mercado, não parece possível uma maior elevação dos preços, nas próximas semanas. De fato, as cotações só apresentarão alguma reação se o governo federal mantiver um fluxo contínuo de recursos para a comercialização.

Diante da conjunturalmente elevada disponibilidade de arroz, podem-se esperar grandes compras do governo federal, tanto no Rio Grande do Sul, como nos estados do Centro-Oeste. Nestes últimos, os orizicultores vêm tendo sua comercialização prejudicada pela situação da produção gaúcha, que pressiona para baixo o mercado. Como resultado, há estimativas de que praticamente a metade das safras goiana e mato-grossense, ou seja, cerca de 900 mil t, venham a ser adquiridas pela CFP. Com efeito, a perdurar a estagnação das cotações ao redor do preço mínimo, a conversão dos **EGF's** em **AGF's** ampliará ainda mais os estoques governamentais.

Para os consumidores, por sua vez, a inclusão do arroz na pauta dos produtos de preços controlados constitui garantia de um menor ônus nos gastos com a alimentação. A recente criação de uma cesta de alimentos a preços subsidiados, para venda a uma população carente avaliada em 13 milhões de pessoas, poderá contribuir para a minoração do problema da fome e constituir uma opção de escoamento de parte da produção de arroz, principalmente de sequeiro. Os agricultores que adotam esta modalidade de cultivo têm sido motivo, há anos, de sugestões de técnicos governamentais, no sentido de dar maior amparo a sua atividade, essencial para a subsistência de grande parte da população interiorana.

Foi realizado, em Porto Alegre, no início do ano, o **1º Seminário Estadual sobre Comercialização do Arroz,** *promovido pelo* **Instituto Riograndense do Arroz, Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul, Sindicato da Indústria do Arroz do Rio Grande do Sul** *e* **Sindicato da Indústria do Arroz de Pelotas,** *principal centro beneficiador de arroz do estado.*

A revista **Lavoura Arrozeira,** *editada pelo* **Irga,** *publicou, em seu número de março/abril último, o documento elaborado pela* **Comissão Técnica** *encarregada do levantamento dos problemas da comercialização no nível do produtor. Do trabalho dos membros da Comissão, resultou a seguinte listagem de dificuldades:*

1) *insuficiência de prazo para o pagamento do pré-EGF;*
2) *liberação tardia do pré-EGF;*
3) *falta de recursos (quantidade e época);*
4) *exigência de sacaria somente de juta para EGF;*
5) *restrições dos EGF's aos financiados;*
6) *exigências de quantidade mínima de produto para contratação de EGF e AGF;*
7) *falta de interdependência dos recursos para as linhas de financiamento de comercialização;*
8) *ausência de uma política de crédito adequada, definida, suficiente e constante;*
9) *falta de métodos permanentes que regulamentem a contratação dos recursos de custeio;*
10) *insuficiência de recursos para contrato de custeio em todas as fases da produção;*
11) *custos financeiros incompatíveis com a atividade primária;*
12) *falta de limite para* **Nota Promissória Rural** *e* **duplicata mercantil;**
13) *inobservância do valor jurídico legal dos contratos por parte dos bancos;*
14) *exigência de reciprocidade* **(RDB, Open...)** *para liberação de verbas contratadas;*
15) *falta de cumprimento do* **Estatuto da Terra** *quanto ao preço mínimo;*
16) *relativa indiferença do governo estadual na solução dos problemas da lavoura;*
17) *pagamento da taxa de classificação sobre os produtos a serem colocados em EGF;*
18) *importações inoportunas (épocas e quantidades);*
19) *falta de um fundo estadual de recursos para a formação de estoque regulador.*

MILHO

A chuva foi o fator de maior relevância na reversão das estimativas. No Centro-Sul, fez melhorar as condições de desenvolvimento da planta, após a estiagem. No Nordeste, por outro lado, provocou sérios danos e a colheita deverá apresentar resultados inferiores aos previstos.

CENTRO-SUL

Passados alguns meses da estiagem que atingiu diversas zonas produtoras de milho no Centro-Sul, tornam-se mais confiáveis as avaliações da safra 1984/85. No Rio Grande do Sul, as chuvas de fevereiro reverteram as previsões pessimistas do mês anterior, de que a safra estadual não alcançaria nem mesmo 3 milhões de t. Fontes estaduais vêm divulgando que, apesar de intensa, a estiagem foi extremamente localizada, afetando o milho **precoce** menos seriamente do que se esperava. Quanto ao milho **tardio**, que representa 30% da safra total, teve ótimas condições de desenvolvimento, o que levou o **Departamento Estadual de Planejamento Agrícola – Depa** – do Rio Grande do Sul, a estimar que a colheita poderá ser de até 3,3 milhões de t.

Também os estados de Minas Gerais e São Paulo passaram por situação semelhante, no que diz respeito à reavaliação do rendimento físico. Em Minas Gerais, espera-se que a produtividade física alcance 2 mil kg/ha, que pareciam descartados com a seca, o que fará com que a produção chegue a cerca de 3 milhões de t. Em São Paulo, da mesma forma, especula-se que um provável ganho no rendimento álçará a colheita para algo em torno de 2,5 milhões de t.

No Paraná, maior estado produtor, o **Departamento de Economia Rural** aumentou em 400 mil t (8%) a avaliação da safra, comparada com a do início do ano. Com as 320 mil t esperadas para a **safrinha** (colheita tardia), o total seria elevado para 5,6 milhões de t. Apenas Santa Catarina manteve inalterada a previsão de colheita em 2,1 milhões de t (ver Quadro 10).

Desta forma, a oferta destes estados chegaria a cerca de 16,5 milhões de t, quase 6% a mais do que o total avaliado no início do ano, mas 1,5% inferior ao resultado de 1983/84.

NORDESTE

Por sua vez, a região Nordeste (ver Quadro 11) vem sendo castigada por pesadas chuvas, o que possivelmente

QUADRO 10 - BRASIL – MILHO – PRODUÇÃO DA SAFRA 1984/85

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Paraná	2.330.000	5.432.000	2.331
Rio Grande do Sul	1.729.450	3.271.126	1.891
Minas Gerais	1.501.597	2.990.083	1.991
São Paulo	1.166.000	2.448.600	2.100
Santa Catarina	945.628	2.134.070	2.257
Goiás	734.000	1.520.000	2.071
Mato Grosso	236.489	394.971	1.670
Pernambuco	391.567	332.830	850
Mato Grosso do Sul	140.000	280.000	2.000
Ceará	490.600	255.112	520
Maranhão	451.595	254.884	564
Piauí	337.668	226.050	669
Espírito Santo	129.916	226.049	1.740
Paraíba	317.601	213.269	671
Rondônia (1ª safra)	120.146	191.058	1.590
Bahia (1ª safra)	198.837	188.895	950
Pará	116.964	130.089	1.112
Rio Grande do Norte	178.514	96.513	540
Alagoas	137.568	80.377	584
Sergipe	100.573	68.792	684
Rio de Janeiro	41.824	66.918	1.600
Acre	25.648	40.463	1.578
Distrito Federal	4.000	7.200	1.800
Rondônia (2ª safra)	6.729	5.578	829
Amazonas	1.563	2.500	1.600
Amapá	1.322	1.098	831
Bahia (2ª safra)	...	...	...
BRASIL	11.835.799	20.858.525	1.762

FONTE – IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, março de 1985.

QUADRO 11 – MILHO – PRODUÇÃO DA REGIÃO NORDESTE – 1974–85 (em t)

ESTADO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
MA	174.981	188.629	201.497	236.621	239.720	248.060	270.583	152.701	303.601	86.620	268.662	254.884
PI	65.280	139.000	67.925	130.820	124.992	109.538	73.548	43.365	122.036	25.621	157.429	226.050
CE	182.658	340.200	212.500	349.800	259.200	172.214	96.000	21.600	155.366	17.531	257.603	255.112
RN	61.805	62.330	41.422	86.542	54.932	9.898	2.669	2.237	5.706	1.978	86.138	96.513
PB	163.273	138.828	105.631	195.639	139.784	112.180	33.981	26.317	26.058	24.954	199.185	213.269
PE	405.600	325.685	165.000	324.505	276.580	184.337	59.042	52.200	94.738	11.895	301.945	332.830
AL	65.885	56.055	19.278	73.844	61.561	58.534	8.832	8.258	35.477	4.017	40.754	80.377
SE	49.175	44.530	5.700	36.535	30.588	43.613	3.310	16.365	78.252	2.414	76.925	68.792
BA	360.000	292.200	194.700	211.080	323.280	317.160	282.495	191.075	312.251	131.886	84.177	188.895
Total	1.528.657	1.614.457	1.013.653	1.645.386	1.510.637	1.255.534	830.460	514.118	1.133.485	306.916	1.472.818	1.716.722

FONTE – IBGE.

levará a colheita a resultados inferiores aos estimados inicialmente (2 milhões de t).

No Ceará, tencionava-se plantar área de 500 mil ha. No entanto, de acordo com a **CFP**, não mais do que 392 mil ha deverão produzir aproximadamente 165 mil t, com queda de 17% no rendimento físico. Já o Maranhão (segunda maior área plantada), que era apontado pelo **IBGE** como provável produtor de 271 mil t, teve este número reavaliado pelo mesmo órgão para 255 mil t. Em Pernambuco, as avaliações iniciais previam colheita superior às 300 mil t obtidas no ano passado, mas foram revistas, também em função das chuvas. Estima a **CFP** que as perdas pernambucanas sejam de 20%, mas, como o plantio se estende até maio, é possível que parte das lavouras afetadas seja recuperada e, neste caso, espera-se que a produção se iguale à de 1983/84.

O PRODUTOR

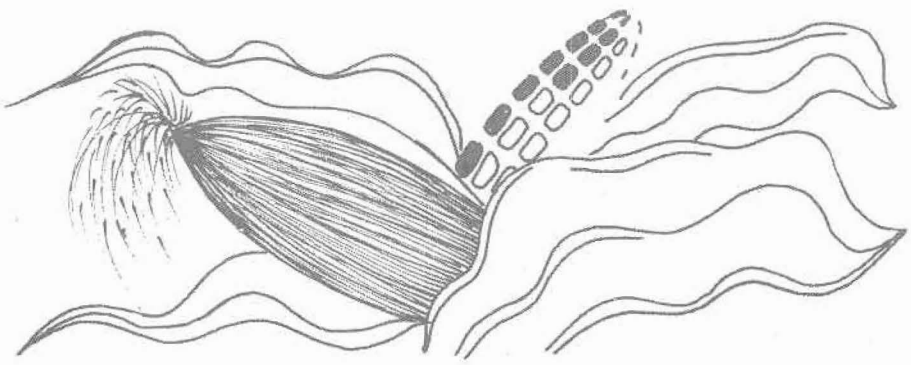
A situação do produtor de milho não tem sido das mais favoráveis, pois a comercialização do produto novo vem-se dando a preços abaixo do mínimo, além de o governo não dispor de recursos suficientes para atender a grande procura por **AGF** neste período.

No Centro-Sul, apenas em Santa Catarina a comercialização do milho recém-colhido vem passando ao largo das dificuldades que se observam nos outros estados produtores. Isto se deve ao fato de o estado produzir menos do que o seu consumo, daí porque há grande demanda pelo grão nas propriedades criadoras de suínos (cerca de 60% da produção total, segundo estimativas da **Cepa-SC**). As cooperativas locais vêm pagando, em média, Cr$ 28 mil/60 kg ao produtor catarinense, assumindo as despesas de frete, **Funrural** e limpeza do produto.

Em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os agricultores têm recebido até Cr$ 27 mil/60 kg livres de despesas, quando o produto é de boa qualidade. No Paraná, as cooperativas vêm adquirindo ao preço mínimo de Cr$ 30.360/60 kg, enquanto os intermediários e as indústrias oferecem de Cr$ 26 mil a Cr$ 28 mil/60 kg líquidos ao produtor.

Vale lembrar que as pequenas indústrias estão adquirindo apenas as quantidades de milho estritamente necessárias para suas necessidades imediatas ou mantendo estoques curtos (45 dias), no caso das maiores. Elas esperam que a comercialização se desenrole tranqüilamente durante todo o ano, confiando que a formação de estoques, por parte do governo, sendo inevitável, obrigará à realização de leilões para abastecimento do mercado na entressafra.

A parcimônia de recursos existentes para as **AGF'S**, que se agravou com a centralização de todas estas operações no Banco do Brasil, representa sério obstáculo à comercialização da safra de verão deste ano. Além disso, há referências à falta de espaço para estocagem nos armazéns do interior, devido à simultaneidade de colheita de vários produtos e à lentidão com que a **CFP** vem retirando suas compras.



SOJA

Ainda se desconhece a real dimensão dos prejuízos causados pela seca que assolou algumas regiões produtoras, mas é seguro que são bem menores do que se anunciou. Os rendimentos agrícolas médios estão próximos aos dos anos normais. Os preços no mercado externo caíram a níveis muito baixos. Há preocupação quanto à comercialização interna.

Em meados de abril, as estimativas da safra brasileira de soja de 1985 eram bastante divergentes. Iam de 16,2 milhões de t, segundo o **USDA**, até 17,6 milhões de t, de acordo com o **IBGE** (ver Quadro 12), anunciando-se várias outras avaliações. Essas divergências se devem, basicamente, aos levantamentos de área plantada, quase sempre calcados nas informações de área financiada por instituições bancárias, que podem ensejar múltipla contagem, principalmente no Centro-Oeste.

Uma forte seca afetou as regiões produtoras durante o mês de janeiro, mas se constatou que os danos causados foram menores do que os divulgados inicialmente. Contudo, a real dimensão desses prejuízos ainda não é completamente conhecida, o que também faz variar as estimativas de produtividade física média.

Diante dessas incertezas, convém admitir que a produção estará ao redor de 16,5 milhões de t. Surpreende o fato de ter aumentado a área cultivada, diante da acentuada queda dos preços internacionais. É de se registrar, também, que, apesar da seca de janeiro, revelaram-se os rendimentos físicos por ha, na maioria dos estados, próximos, ou mesmo acima, da média de anos normais (ver Quadro 13).

A intensificação da colheita, com certeza, esclarecerá essas dúvidas. Neste momento, a principal preocupação reside nas condições em que ocorrerá a comercialização.

Do lado do produtor, o preço recebido situava-se muito próximo do mínimo, no fim de abril, o que fez com que o governo, pela primeira vez em muitos anos, passasse a adquirir quantidades expressivas de soja, especialmente da região Centro-Oeste. De agora em diante, entretanto, a não ser que haja novas baixas do preço do grão no mercado internacional (ver Quadro 14), os preços pagos aos produtores tendem a se distanciar do mínimo, pelo simples

QUADRO 12 – BRASIL – SOJA – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DAS SAFRAS 1983/84 E 1984/85 [1]

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85	1983/84	1984/85
Rio Grande do Sul	3.641.813	3.611.745	5.415.494	5.395.114	1.487	1.494
Paraná	2.177.900	2.170.000	4.121.000	4.450.000	1.892	2.051
Mato Grosso do Sul	1.179.429	1.288.031	2.002.635	2.318.456	1.698	1.800
Mato Grosso	538.169	789.480	1.050.095	1.644.880	1.951	2.083
São Paulo	482.753	492.500	872.216	973.200	1.807	1.976
Goiás	581.870	726.180	847.440	1.334.800	1.456	1.838
Santa Catarina	420.216	415.000	578.763	512.500	1.377	1.235
Minas Gerais	332.238	442.658	554.162	838.570	1.668	1.894
Distrito Federal	30.000	45.000	51.990	90.000	1.733	2.000
Bahia	27.627	60.000	35.912	90.000	1.300	1.500
Maranhão	4.288	10.470	7.649	18.820	1.784	1.798
BRASIL	9.416.303	10.051.064	15.537.356	17.666.340	1.650	1.758

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de março de 1985.

efeito da correção cambial, que reajusta diariamente o preço em cruzeiros.

A situação dos preços externos do farelo e do óleo (e, em conseqüência, do grão) tem acarretado fatos inusitados. Cotações de farelo, em Chicago, em torno de US$ 140/t e, do óleo, em torno dos US$ 680/t, têm comprimido a margem de esmagamento de uma forma tal que fazem com que as indústrias decidam pela exportação do grão, quando, em anos passados, fazia-se pressão no sentido de se preservar a oferta de matéria-prima ao parque industrial interno.

De outro lado, os preços elevados do óleo na exportação aceleraram os registros de embarque que, aliados à baixa cotação do farelo, levam a crer que a moagem, em alguns momentos, realizar-se-á primordialmente para atender à demanda externa pelo óleo.

Também o recente tabelamento dos preços do óleo refinado no mercado interno (ao mesmo tempo em que os do óleo degomado continuam cotados em paridade com os preços externos) poderá acarretar um estrangulamento na oferta ou, alternativamente, um reajuste dos preços de venda ao consumidor brasileiro, tal como ocorreu no final de abril.



QUADRO 13 – SOJA – ESTADOS SELECIONADOS – PRODUTIVIDADE FÍSICA MÉDIA NO ÚLTIMO QÜINQÜÊNIO E ESTIMATIVA PARA 1985
(kg/ha)

ESTADO	MÉDIA DAS ÚLTIMAS 5 SAFRAS	ESTIMATIVA PARA 1985
Rio Grande do Sul	1.452	1.494
Paraná	2.093	2.051
São Paulo	1.929	1.976
Santa Catarina	1.285	1.235
Minas Gerais	1.696	1.894
Goiás	1.653	1.838
Mato Grosso do Sul	1.768	1.800
Mato Grosso	1.879	2.083
BRASIL	1.700	1.758

FONTE – IBGE.

Em termos de comércio exterior, a situação igualmente não é das mais animadoras. As cotações do farelo na Europa estão muito baixas e o esperado enfraquecimento do dólar não aconteceu, até o momento. Diante disso e da possibilidade de redução de 5% na próxima safra norte-americana, as perspectivas são de que o país possa obter algo em torno dos US$ 2,3 bilhões com a exportação de soja em grão, farelo e óleo (quase US$ 2,6 bilhões, em cada um dos dois últimos anos).

De maio em diante, o nervosismo no mercado sempre aumenta, em função da possibilidade de problemas climáticos atingirem a safra dos EUA. A essa altura, esse seria um dos poucos fatores capazes de alterar, de modo significativo, os resultados da exportação em 1985.

QUADRO 14 – SOJA – PREÇOS MÉDIOS NO ÚLTIMO SEXÊNIO COMERCIAL E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS ENTRE AGOSTO E NOVEMBRO DE 1984, NA BOLSA DE CHICAGO

ANO COMERCIAL [1]	PREÇO MÉDIO (US$/t)
1978/79	262
1979/80	240
1980/81	274
1981/82	224
1982/83	229
1983/84	274
MÊS	**PREÇO MÉDIO (US$/t)**
Agosto/84	237
Setembro/84	221
Outubro/84	223
Novembro/84	223

FONTE – USDA.
1 Ano comercial internacional: outubro/setembro.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

ABASTECIMENTO

O **Decreto nº 91.238,** de 8/5/85, cria o **Grupo de Trabalho Interministerial para Coordenação das Ações na Área de Alimentação — GTICA (Diário Oficial da União,** de 10/5/85).

O **Grupo** é composto por representantes da **Secretaria de Planejamento** federal — **Seplan** — e dos **Ministérios da Saúde, Educação e Agricultura.** A coordenação do Grupo cabe à **Seplan** e, a Secretária Técnica, ao **Instituto de Planejamento — Iplan** — do **Ipea.**

O objetivo do **GTICA** é promover a integração e racionalização das ações relativas à alimentação popular no âmbito dos diversos programas existentes.

O **Decreto nº 91.240,** de 8/5/85, inclui entre as atribuições do **Conselho Interministerial de Preços — CIP** — a de baixar **Atos** e **Resoluções** necessários ao pleno cumprimento das funções da **Superintendência Nacional de Abastecimento — Sunab.** Pelo mesmo Decreto, o **Ministro do Trabalho** passará a integrar o **CIP** e a **Secretaria Executiva** do órgão é atribuída ao **Secretário Especial de Abastecimento e Preços (Diário Oficial da União,** de 10/05/85).

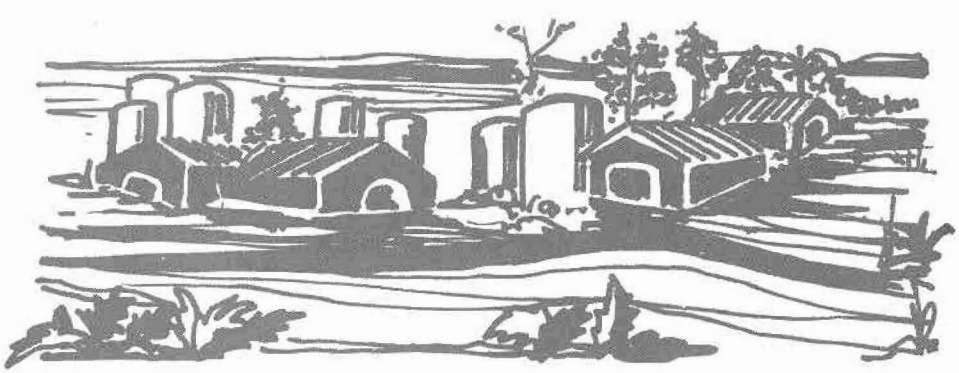
AÇÚCAR E ÁLCOOL

O **Ato nº 11/85,** de 03/05/85, do **Instituto do Açúcar e do Álcool,** autoriza as usinas e destilarias da região Centro-Sul a iniciarem em 1º /05 a moagem de cana relativa à safra 1985/86, bem como a produção de açúcar cristal, destinado ao mercado interno, e de álcool. A produção efetuada tornar-se-á parte das quotas individuais de produção, a serem deferidas oportunamente.

O **Ato nº 12/85,** de 03/05/85, do **IAA,** autoriza a cooperativa central de vendas e as usinas não cooperadas do estado de São Paulo a comercializarem, em maio deste ano, no mercado livre, uma quantidade de açúcar cristal idêntica à autorizada no mês de abril passado. A cooperativa centralizadora e as usinas não cooperadas ficam, também, obrigadas a proceder à entrega das quotas compulsórias de açúcar cristal, em volumes iguais aos estabelecidos no **Ato 25/84,** com a finalidade de assegurar o abastecimento normal das refinarias autônomas localizadas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná **(Diário Oficial da União,** de 09/05/85).

O **Ato nº 10/85,** de 16/04/85, do **IAA,** modifica e redistribui por tipos e destinação a produção de álcool a ser realizada na safra 1984/85 pelas destilarias do Norte-Nordeste. Em fins de abril de 1984, a programação do **IAA** previa que, no decorrer do ano safra, a região deveria produzir 1,6 bilhão de litros de álcool. Em dezembro, esse total foi reajustado em 9% (ver **Agroanalysis,** vol. 8, números 5 e 12). O presente **Ato** fixa a produção de álcool da safra em 1,63 milhão de litros dos quais 1,4 milhão hidratado e 331 mil l de anidro **(Diário Oficial da União,** de 19/04/85).

Convém recordar que estas alterações nos volumes autorizados são



comuns, atendendo às circunstâncias decorrentes do comportamento da produção e/ou dos mercados consumidores. O período oficial da safra de cana-de-açúcar na Região Sul e nos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Maranhão e Ceará teve início em 1º/05/84 e foi até 30/04/85. Nos demais estados da Região Norte-Nordeste, teve início em 1º/09/84 e será encerrado em 31/08/85.

CAFÉ

A **Resolução nº 32,** de 19/04/85, do **Instituto Brasileiro do Café,** suspende temporariamente os registros de declarações de vendas de café verde para países não membros da **Organização Internacional do Café (OIC).**

A **Resolução nº 33** de 23/04/85, do **IBC,** fixa os preços mínimos para os embarques de café a serem realizados entre 1º/05/85 e 31/05/85. O preço dos cafés de tipo 6 para melhor, bebida isenta de gosto **Rio Zona** é de US$ 1,26/libra-peso, quando os embarques forem feitos pelo porto de Santos e US$ 1,25/libra-peso quando embarcados pelos portos de Paranaguá, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Ilhéus e Recife. Os cafés do tipo 7 para melhor bebida **Rio Zona** e os do tipo **7/8** para melhor, da variedade robusta **Conillon,** terão piso de US$ 1,21/libra-peso.

As declarações de venda registradas sob esta **Resolução** estarão sujeitas ao **Imposto de Exportação,** cujas alíquotas foram fixadas pela **Resolução nº 20/85** (ver **Agroanalysis,** vol. 9, nº 3, março de 1985).

No que se refere aos embarques para países membros da **OIC,** esta **Resolução** limita os embarques ao total de 500 mil sacas, que poderá ser alterado a critério do **IBC.** Já no que se refere a vendas para países não membros da **Organização,** fica revogada a **Resolução nº 32/85,** desde que as operações sejam feitas aos preços fixados pela presente. (**Diário Oficial da União,** de 29/04/85).

A **Resolução nº 34,** de 10/05/85, do **IBC,** limita os registros de declarações de vendas relativos à exportação de café verde em grão ou torrado e moído, descafeinado ou não, registradas a partir de 13/05, para embarque entre 1º/06 e 30/06.

O limite para as vendas de países membros da **Organização Internacional do Café** será de 500 mil sacas e, para os não membros, de 100 mil sacas.

A **Resolução nº 35,** de 10/05/85, do **IBC,** mantém para as exportações de café solúvel as alíquotas do **Imposto de Exportação** vigentes desde fins de fevereiro de 1985: 18% para os solúveis **spray dried,** ou extrato líquido, e 20% para o **freeze dried.**

A **Resolução nº 36,** de 10/05/85, do **IBC,** estabelece que, a partir de 13/05, só poderão registrar declarações de venda as empresas de café solúvel que ainda possuam saldo de quotas remanescentes de abril de 1985 e anteriores. As exportações registradas no amparo da presente Resolução terão de ser embarcadas até 31/05/85 (**Diário Oficial da União,** de 17/05/85).

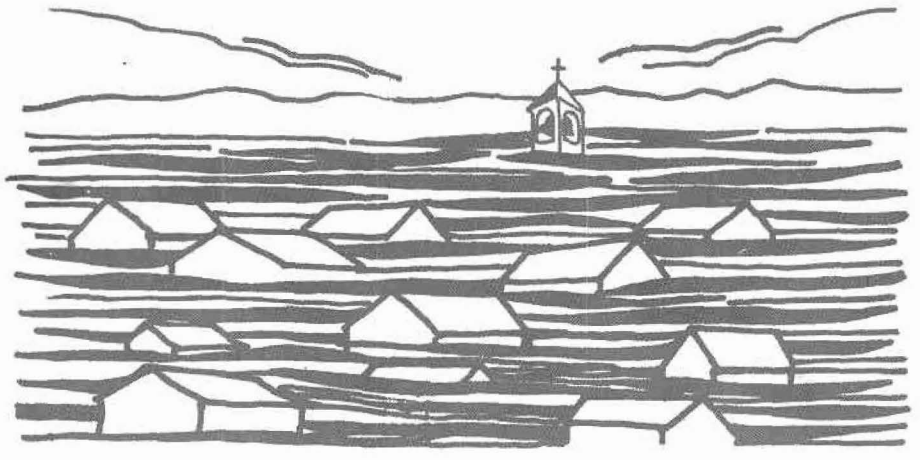
CRÉDITO RURAL

A **Circular nº 923,** de 19/04/85, do **Banco Central do Brasil,** trata de providências relativas aos tomadores de crédito rural nos municípios comprovadamente prejudicados por excesso de chuvas, enchentes e inundações no Nordeste. As medidas se aplicam aos municípios declarados em estado de emergência por portaria ministerial.

As parcelas de custeio, vencidas ou a vencer em 1985, serão prorrogadas por até um ano e as prestações de financiamentos para investimento serão transferidas para pagamento até um ano após o vencimento da dívida. Em ambos os casos, vigorarão as condições inicialmente pactuadas, independentemente da análise da cobertura do **Proagro.**

A **Circular** acentua a necessidade de processar os pedidos de cobertura do **Proagro** com a maior rapidez possível, sendo as perícias efetivadas sob coordenação dos órgãos de assistência técnica.

Nos casos de intrafegabilidade de estradas, as comunicações de perdas poderão ser adiadas, até ser viável o deslocamento do mutuário. As perdas por impossibilidade de escoa-

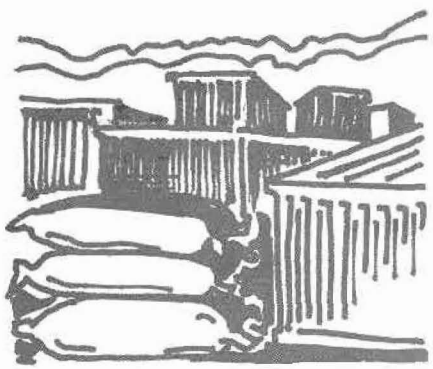


mento das safras serão suscetíveis de cobertura.

Nos casos de mini e pequenos produtores, está autorizada a concessão de crédito para sua manutenção e de suas famílias. Estes empréstimos poderão ser concedidos com recursos obrigatórios ou com recursos próprios livres, estando limitados a Cr$ 1,8 milhão, obedecido o teto de Cr$ 300 mil por pessoa da família. O prazo será de até um ano, ajustando-se o esquema de pagamento à perspectiva de receitas futuras (**Diário Oficial da União**, de 22/04/85).

O **Comunicado DERUR nº 885**, de 13/05/85, do **Banco Central do Brasil — Bacen**, informa que, de acordo com decisão homologada pelo **Conselho Monetário Nacional — CMN**, as operações de **IOF** deverão ser realizadas exclusivamente pelo **Banco do Brasil**. Admite, entretanto, que nos locais (municípios em que estiver depositado o produto) em que não exista agência ou posto avançado do **Banco do Brasil**, e/ou no caso de mutuários de custeio ou de **EGF**, as demais instituições financeiras poderão realizar operações de **AGF**. Na hipótese de operações com mutuários de custeio ou **EGF**, as operações deverão limitar-se ao valor suficiente para a liquidação do débito e desde que este se refira ao mesmo produto objeto de **AGF**.

Os postos avançados do **Banco do Brasil** poderão realizar operações de **AGF** independentemente do porte do produtor (**Diário Oficial da União**, de 15/05/85).



EXPORTAÇÕES

A **Resolução nº 1.011**, de 6/5/85, do **Banco Central do Brasil**, fixa alíquotas do **Imposto de Exportação** para diversos produtos e a forma da determinação do contravalor em cruzeiros da base de cálculo do imposto, revogando a **Resolução nº 879**, de 20/12/83 (ver **Agroanalysis**, vol. 7, nº 12, dezembro de 1983).

Dentre os produtos atingidos pela **Resolução**, o suco de laranja concentrado destinado aos Estados Unidos da América mantém a alíquota de 3,51% de imposto adicional, que fora estabelecida no fim de 1983.

O contravalor em cruzeiros da base de cálculo do imposto será calculado com base na taxa cambial vigente para compra pelo **Banco Central**, na data do embarque da mercadoria. (**Diário Oficial da União**, de 07/05/85).

REFORMA AGRÁRIA

O **Decreto nº 91.214**, de 30/4/85, cria o **Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — Mirad** (**Diário Oficial da União**, de 2/5/85). Suas atribuições são a reforma agrária; discriminação e arrecadação de terras públicas; regularização fundiária; legitimação de posses; colonização em terras públicas; disciplinamento da colonização privada; lançamento e cobrança do **Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural** e da **Contribuição de Melhoria** referente a imóveis rurais e aquisição de imóveis rurais por estrangeiros.

De acordo com o **Decreto**, o **Getat** (**Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins**), o **Gebam** (**Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas**) e o **Incra** (**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**) são transferidos para o **Mirad**, preservando-se o caráter transitório daqueles dois grupos executivos. Também são transferidas para o novo **Ministério** as competências do **Ministério da Agricultura**, da **Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional** e do **Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários**, implícitas na transferência de órgãos e atribuições.

O novo **Ministério** terá representantes, com direito a voto no **Conselho de Desenvolvimento Social** e nos **Conselhos** da **Sudam**, **Sudene**, **Sudeco**, **Sudesul**, bem como na **Comissão Executiva Nacional do Álcool**, do **Ministério da Indústria e do Comércio**.

TRIGO

A **Portaria nº 19**, de 26/04/85, da **Superintendência Nacional de Abastecimento — Sunab** — suspende, a partir da décima-sétima semana de liberação de 1985, a quota adicional e opcional de 600 mil t, que fora autorizada pela **Portaria nº 09**, de 22/02/85, que fixou em 6,4 milhões de t as previsões para abastecimento de trigo durante o ano de 1985, das quais 5,8 milhões de t a título de quotas normais.

A **Portaria nº 20**, de 26/03/85, da **Sunab**, fixa em Cr$ 1.108.400/t o preço de aquisição do trigo brasileiro a vigorar no mês de maio de 1985. O preço de aquisição do triticale foi fixado em Cr$ 1.231.560/t. Ambos os preços se referem ao produto com PH 78 (**Diário Oficial da União**, de 30/04/85).

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

ARROZ

PRODUÇÃO NA REGIÃO NORDESTE

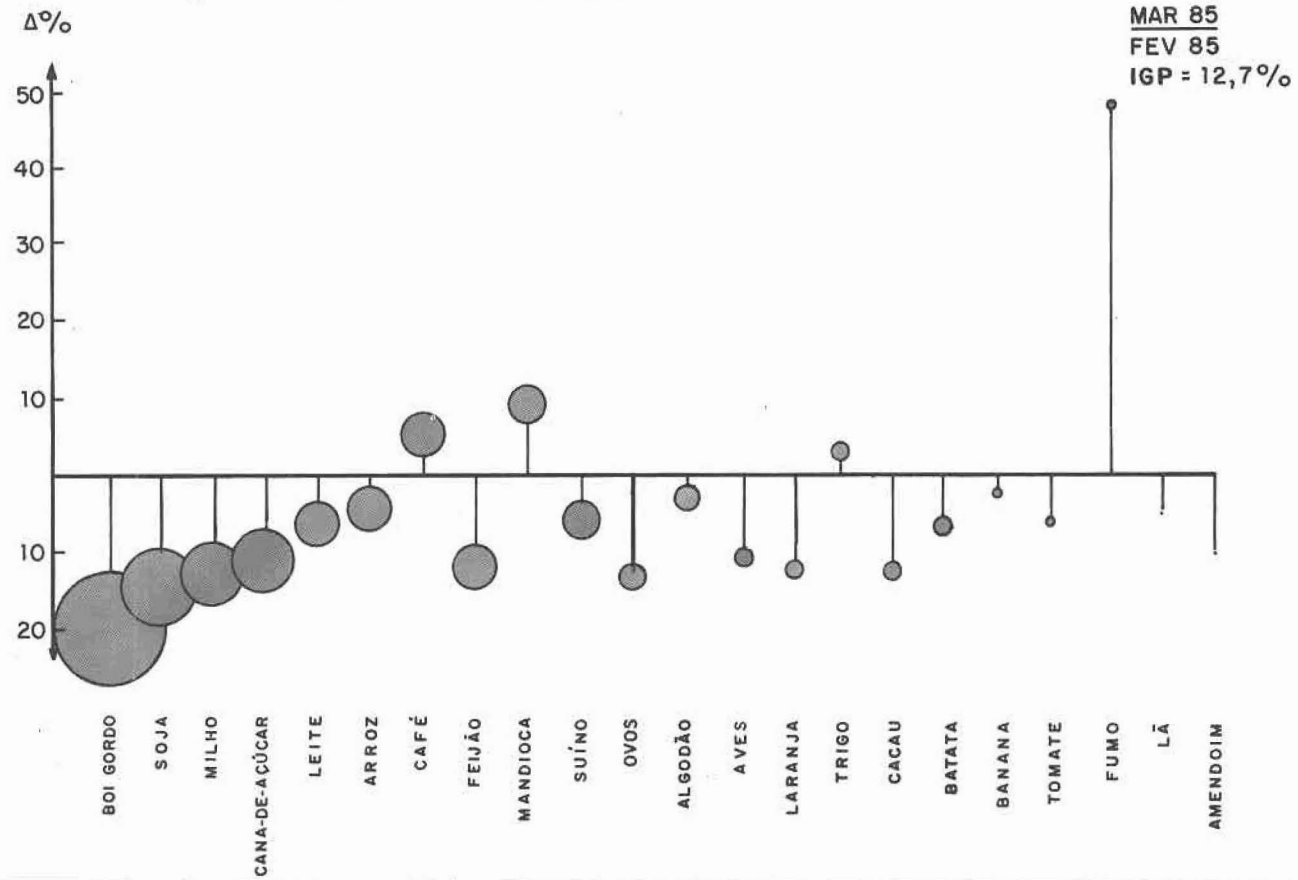
		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
MARANHÃO	Preparo do Solo								•	•	•	•	•
	Semeadura ou Plantio	••	•									•	•
	Tratos Culturais	•	••	•	•								
	Colheita				•	••	•	•					
	Comercialização					•	•	•	•	••	•	•	•
	Entressafra	•	•	•					•	•	•	•	•
PIAUÍ	Preparo do Solo								•	••	•	•	•
	Semeadura ou Plantio	••	•	•									•
	Tratos Culturais		•	•	••	•							
	Colheita					•	••	•					
	Comercialização						•	••	•	•			
	Entressafra	•	•	•	•	•					•	•	•
CEARÁ	Preparo do Solo	•	•			•	•		•	•	•	•	•
	Semeadura ou Plantio	•	•				•	•					•
	Tratos Culturais	•	•	•			•	•					•
	Colheita				•	•	•	•			•	•	
	Comercialização												
	Entressafra	•	•	•	•	•							•
RIO GRANDE DO NORTE	Preparo do Solo	•											••
	Semeadura ou Plantio			••	•								
	Tratos Culturais				•	••							
	Colheita						•	••	•				
	Comercialização							•	••	•	•	•	•
	Entressafra	•	•	•	•	•							
PARAÍBA	Preparo do Solo									•	•	•	•
	Semeadura ou Plantio	•	•	•									
	Tratos Culturais	•	•	•	•	•							
	Colheita					•	•	•					
	Comercialização							•	•	•	•		
	Entressafra	•	•	•	•								•

		MESES											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PERNAMBUCO	Preparo do Solo	•										•	••
	Semeadura ou Plantio	••	•										•
	Tratos Culturais		•	••	•								
	Colheita				•	••	•						
	Comercialização						•	••	•				
	Entressafra									•	•	•	•
ALAGOAS	Preparo do Solo										•	••	•
	Semeadura ou Plantio		•	•	••	••	••	•					
	Tratos Culturais				•	•	•						
	Colheita							•	•	••	••	•	
	Comercialização									•	•	••	••
	Entressafra		•	•									
SERGIPE	Preparo do Solo												
	Semeadura ou Plantio				•	••	••	•	•				
	Tratos Culturais												
	Colheita								•	••	••	••	•
	Comercialização									•	•	•	•
	Entressafra												
BAHIA	Preparo do Solo									•	•	•	
	Semeadura ou Plantio	•								•	••	••	•
	Tratos Culturais												
	Colheita	•	•	•	••	•							
	Comercialização		•	•	•	•	•						
	Entressafra							•	•				

FONTE – FGV/IBRE/CEA.

OBS : O duplo sinal (••) corresponde à época em que atividade se desenvolve mais intensamente.

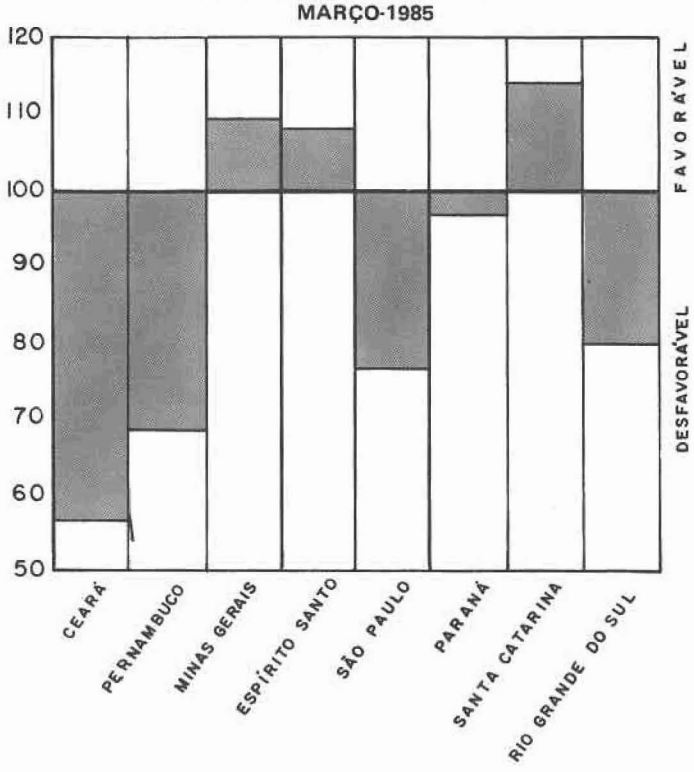
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS MARÇO-1985



Os preços médios recebidos pelos agricultores apresentaram uma alta acumulada de 35% nos primeiros três meses de 1985, sendo 44% nas lavouras e 15% nos produtos de origem animal (ver Quadro 15). Neste mesmo período, o **Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI)** aumentou 40% e o valor nominal da **ORTN**, 37%. No mercado atacadista, os preços dos produtos de origem agrícola evoluíram 33% e, para o consumidor da cidade do Rio de Janeiro, a alimentação ficou 39% mais cara.

Em relação ao mesmo trimestre do ano passado, o ritmo de expansão das cotações acelerou-se, no caso dos produtos vegetais e reduziu-se, no dos produtos animais. Neste subsetor, registrou-se uma acentuada queda dos preços reais, em especial do boi gordo para corte. Nas lavouras, entre os acréscimos observados, destacaram-se os do fumo (182%), café (104%) e cebola (78%). O aumento do preço do fumo refletiu o acordo entre os produtores e os representantes das indústrias, realizado em dezembro último. O preço do café foi influenciado pelos baixos estoques existentes no país e o da cebola, pelo atraso da colheita nos estados sulinos. Quanto às cotações do amendoim e do feijão, no período, subiram apenas 1% e 6%, respectivamente, em face das previsões otimistas sobre as primeiras safras.

QUADRO 15 — BRASIL — VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PREÇO RECEBIDO PELOS AGRICULTORES — JANEIRO A MARÇO DE 1984 E 1985

DISCRIMINAÇÃO	VARIAÇÃO PERCENTUAL	
	1984	1985
Lavouras	22	44
Algodão em caroço	36	34
Amendoim em casca	69	1
Arroz em casca	19	40
Banana	31	24
Batata-inglesa	13	39
Cacau	9	22
Café em coco	30	104
Caju	32	18
Cana-de-açúcar	11	19
Cebola	195	78
Coco-da-baía	20	26
Feijão	32	6
Fumo em folha	29	182
Juta	68	56
Laranja	107	17
Malva	10	35
Mamona	31	0
Mandioca	53	43
Milho	7	34
Pimenta-do-reino	128	41
Sisal	64	66
Soja	17	17
Tomate	51	36
Trigo	1	28
Produtos Animais	28	15
Boi gordo para corte	20	3
Suíno para corte	42	29
Frango de corte	39	19
Leite	29	32
Lã	15	23
Ovos	57	31
Mel de abelhas	11	18
Agropecuária	24	35

FONTE — FGV/IBRE/CEA.

Os preços dos principais insumos adquiridos pelos agricultores evoluíram de modo expressivo, no primeiro trimestre de 1985, repercutindo negativamente sobre a relação de trocas no Nordeste e nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul (Quadro 16). Já nas áreas capixabas e paranaenses, a melhoria da razão dos preços espelhou as altas do café. Contudo, tendo como ponto de referência o ano de 1970, a relação de trocas manteve-se desfavorável, exceto em Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina.

QUADRO 16 — ESTADOS SELECIONADOS — VARIAÇÃO PERCENTUAL DA RELAÇÃO DE TROCAS — JANEIRO A MARÇO DE 1984 E 1985

ESTADO	1984				1985			
	Jan	Fev	Mar	Jan-Mar	Jan	Fev	Mar	Jan-Mar
Ceará	2,6	−5,0	4,0	1,3	−3,2	0,0	−6,6	−9,5
Pernambuco	−9,1	−7,5	6,8	−10,2	−11,4	14,3	−13,8	−12,7
Minas Gerais	0,0	0,0	−1,0	−1,0	−5,5	4,8	−5,5	−6,4
Espírito Santo	−4,6	−4,8	2,5	−6,8	−4,0	22,7	−9,2	6,9
São Paulo	9,9	−4,5	5,9	11,1	1,2	4,9	−10,5	−4,9
Paraná	1,0	−11,7	3,3	−7,8	2,2	8,7	−3,0	7,8
Santa Catarina	−4,1	3,5	0,8	0,0	−8,0	5,8	3,6	0,9
Rio Grande do Sul	−5,7	−11,0	1,1	−15,1	−3,5	−2,4	−2,4	−8,1

FONTE — FGV/IBRE/CEA.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de abril)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de abril*
3 – Preço médio na última quinzena de abril*
4 – Preço médio na última semana de abril*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	6,18	3,57	3,71	3,26	3,57 / 3,70 / 3,94 / 4,06 / 4,47 / 4,94	➡	Pressão do excedente de 2,14 milhões de t, na safra 1984/85.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	80,44	67,89	66,92	65,66	67,89 / 66,62 / 65,31 / 65,36 / 66,57	➡	Os estoques mundiais em 1º/8/85 serão 60% maiores do que os do mesmo período, no ano passado.
CACAU BAHIA US$/tonelada	24,73	23,83	24,27	24,00	24,73 / 21,82 / 22,44 / 20,94 / 20,93	➡	Falta de cacau para pronta entrega criou problema na liquidação do contrato de maio, em Nova Iorque. Novas chuvas na área cacaueira da Bahia poderão provocar surto de podridão parda.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	150,90	143,33	144,20	146,14	150,90 / 143,17 / 142,79 / 142,06 / 141,56	➡	Já houve muitas vendas brasileiras, agora limitadas até junho. Importadoras com estoques satisfatórios. Início, em maio, do período de maior risco de geadas no Brasil.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	353,96	271,00	284,00	284,08	271,00 · 282,01 · 271,88 · 266,45 · 274,32	➡	Lentidão das exportações norte-americanas e fraca demanda no mercado dos EUA.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	787,40	598,37	595,15	594,80	598,37 · 606,30 · 607,92 · 605,29 · 610,75 · 621,20	➡	Preços enfraquecidos do farelo e sustentação das cotações do óleo.
SOJA FARELO US$/tonelada	195,34	128,46	124,73	122,47	128,46 · 134,47 · 137,43 · 139,86 · 142,99 · 148,17 · 150,53 · 155,61	➡	Posição do dólar norte-americano frente às demais moedas impede a recuperação dos preços.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	366,50	357,00	351,29	349,58	357,00 · 333,68 · 333,25 · 346,64	➡	O **USDA** projeta um aumento da oferta mundial e dos estoques finais do ano comercial 1984/85.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 — Preço médio de abril de 1984, corrigido pelo IGP, para abril de 1985
2 — Preço médio no mês de abril
3 — Preço médio na última quinzena de abril
4 — Preço médio na última semana de abril
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	118.127	94.050	93.400	91.800	➡	Liberação de recursos suficientes para EGF's e AGF's e exportação mediante licitação da CFP.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	83.030	93.450	94.400	96.300	➡	As safras dos estados centrais tiveram bom desenvolvimento. Em todas as zonas produtoras, há preocupação com a efetividade do preço mínimo, como garantia de uma remuneração razoável.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg 2º futuro	351.086	544.865	541.000	540.000	➡	Permanecem os leilões do IBC, fornecendo pequenas quantidades. Aproxima-se a entrada da safra.
BOI GORDO Cr$/arroba	74.206	55.000	55.000	55.000	➡	Atraso na anunciada aquisição de 50 mil t de carne pelo governo federal. Perspectivas pouco favoráveis à exportação. Oferta de animais atinge pico em maio.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	178.094	111.000	115.500	113.500	↓	Dificuldades na colheita da segunda safra, provocadas pelas chuvas e compatibilização das cotações ao preço mínimo.
FRANGO Vivo Cr$/kg	1.651	2.774	1.740	1.740	↓	Queda nominal do preço da carne bovina deprime o mercado da carne de frango.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	30.867	31.700	32.500	32.500	↓	Possível reação do mercado, com a interrupção das vendas do milho, provocada pela colheita da soja.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60 kg	66.856	49.400	49.725	50.050	↓	Influência das fracas cotações no mercado internacional.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

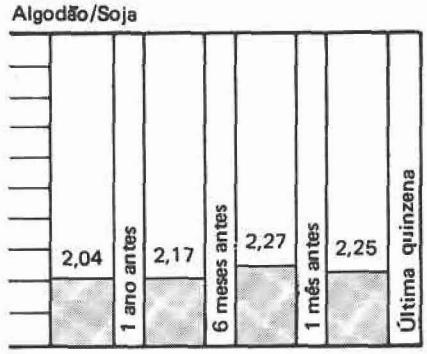
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

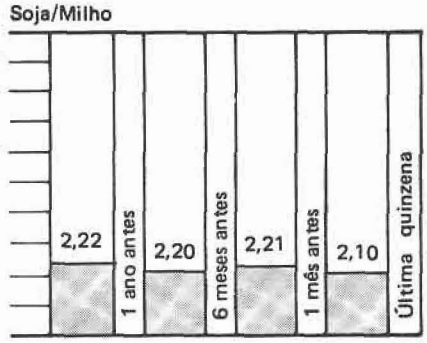
Mantém-se a tendência à formação de um grande estoque final de algodão no mercado mundial o que levou, na quinzena, a uma queda na cotação de 1,4% em comparação com a média do mês. Como, no período, o preço da soja manteve-se estável, o preço relativo foi ligeiramente inferior à média do mês.

Algodão/Soja



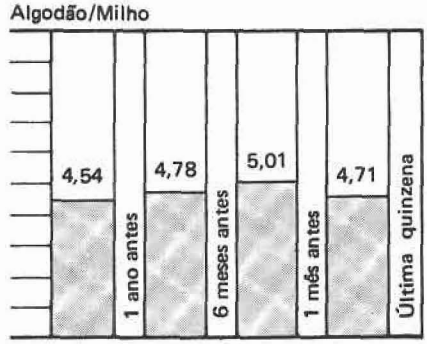
O mercado da soja encontra-se na expectativa de novos fatores capazes de reativá-lo, tais como a retomada das compras da Comunidade Econômica Européia e/ou da URSS. Daí, a estabilidade apresentada na cotação da oleaginosa durante a quinzena, que, contraposta à alta no preço do milho, acarretou uma queda do preço relativo, comparativamente à média do mês.

Soja/Milho



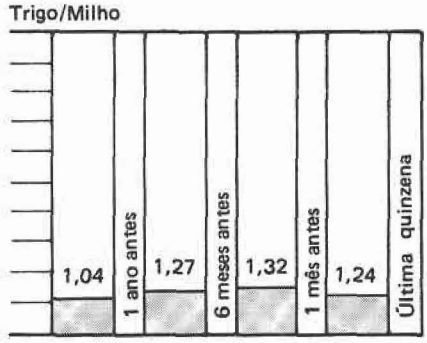
A valorização de 4,8% havida, durante a quinzena, na cotação do milho nos EUA, deveu-se não só ao aumento inesperado das compras soviéticas, como também à diminuição das vendas por parte dos produtores norte-americanos. Estes buscam fortalecer o mercado, tendo em vista o preço atual ser quase 20% inferior ao de um ano antes.

Algodão/Milho



A contraposição do mencionado ganho no preço do milho à desvalorização de 1,6% no preço do trigo justifica a relação da última quinzena. No caso do trigo, esta queda se deve à previsão de que as exportações mundiais, em 1984/85, serão menores do que as do ano comercial anterior, ao mesmo tempo em que a produção mundial deverá crescer, ainda que ligeiramente.

Trigo/Milho

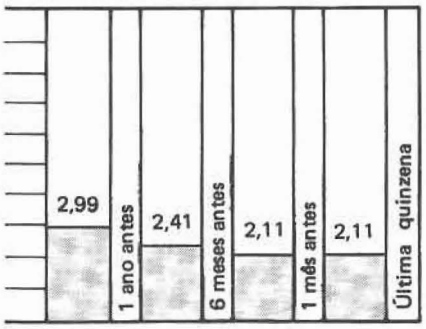


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

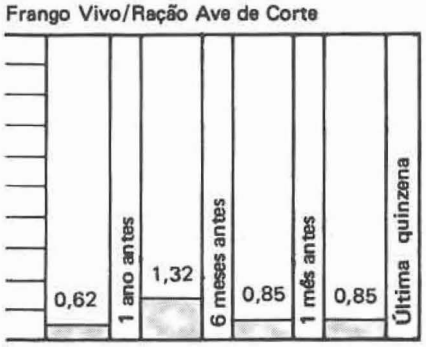
Boi Gordo/Frango Vivo

Inalterado.



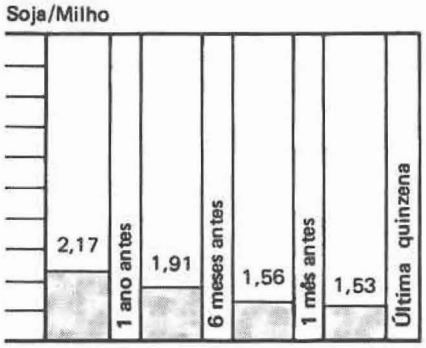
Frango Vivo/Ração Ave de Corte

Inalterado.



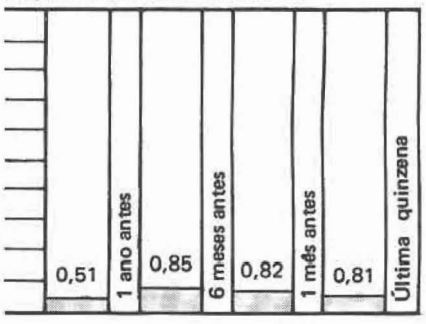
Soja/Milho

Durante a quinzena, o preço do milho apresentou uma recuperação de 2,5% comparativamente à média do mês, muito embora este novo patamar esteja muito próximo daquele observado há seis meses. Caracteriza-se o mercado por uma demanda fraca, que vem mantendo o preço ao produtor em níveis próximos ao do preço mínimo. Como, na quinzena, a cotação da soja manteve-se semelhante à da média do mês, a relação apresentou decréscimo.



Feijão Preto/Feijão Carioquinha

Tanto o feijão preto como o feijão carioquinha sofreram reajustes em suas cotações durante a última quinzena, respectivamente de 2,5% e 4,1%, e o maior aumento verificado da variedade de cor deveu-se à lenta entrada do produto no estado de São Paulo. O novo patamar deste preço relativo, observe-se, é superior ao de um ano antes, quando a valorização comparativa do feijão carioquinha era maior do que a atual.



FONTE DOS DADOS BRUTOS – **Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.**

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias — CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 17 — LAVOURAS — ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO OBTIDA NO ANO CIVIL DE 1985 SEGUNDO LEVANTAMENTO DE MARÇO (1)

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)
Abacaxi	35.909	(3) 743.197
Algodão	3.779.868	3.028.233
Algodão arbóreo	1.531.162	321.372
Algodão herbáceo	2.248.706	2.706.851
Alho	1.989	1.551
Amendoim	170.749	294.374
Amendoim (1ª safra)	128.558	234.864
Amendoim (2ª safra)	42.191	59.510
Arroz	4.907.012	9.348.017
Aveia	—	—
Banana	395.752	(4) 468.346
Batata-inglesa	141.759	1.689.734
Batata-inglesa (1ª safra)	96.321	1.210.183
Batata-inglesa (2ª safra)	45.438	479.551
Cacau	(2) 602.780	399.427
Café em coco	2.451.310	3.309.632
Cana-de-açúcar	3.804.377	236.616.544
Cebola	63.271	686.951
Coco-da-baía	156.159	(3) 499.559
Feijão	2.916.173	2.575.472
Feijão (1ª safra)	2.870.735	1.606.331
Feijão (2ª safra)	45.438	969.141
Fumo	259.819	389.882
Guaraná	8.147	1.144
Juta	22.955	20.546
Laranja	634.875	(3) 64.514.496
Malva	39.153	39.674
Mamona	458.993	408.405
Mandioca	1.942.061	21.990.613
Milho	11.835.799	20.850.447
Pimenta-do-reino	2.119	3.015
Rami	4.600	9.660
Sisal	329.092	242.944
Soja	10.051.064	17.666.340
Sorgo granífero	152.244	301.809
Tomate	52.500	1.701.044
Uva	58.095	706.260

FONTE — IBGE.
(1) Dados preliminares sujeitos à retificação; (2) Área ocupada com pés em produção; (3) 1.000 frutos; (4) 1.000 cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente-Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Antonio Ribeiro França Filho
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nuna, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S. A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatísticas Econômicas: Marcos Pereira de Souza
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL